

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Senhores Acionistas:**

Apresentamos o Relatório de Desempenho e as Demonstrações Financeiras da Cielo S.A. ("Sociedade" ou "Cielo"), de suas controladas e coligadas (denominadas em conjunto "Grupo"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

No advento da obtenção da autorização emitida pelo Banco Central do Brasil para atuar como instituição de pagamento na modalidade de credenciadora em abril de 2017, a Cielo passou a observar regras comuns aplicáveis às instituições de pagamento, incluindo a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras de acordo com os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Nesse sentido, as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas da Sociedade foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável (aqui denominadas em conjunto como "COSIF").

As informações contábeis consolidadas contemplam os saldos das contas da Cielo (controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag, Cielo USA, Cateno e Aliança e das controladas indiretas Me-S e M4Produtos, bem como dos FIDCs e FIC. O resultado das controladas em conjunto Orizon e Paggo, e da coligada Stelo, são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Quando necessário, essas informações contábeis são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminadas integralmente nas informações contábeis consolidadas.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

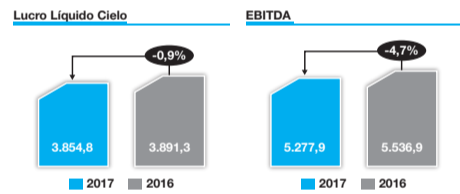
Com muito trabalho, dedicação e orgulho de pertencer a essa que é - e nos dedicaremos sempre para que continue sendo - a mais sólida e inovadora credenciadora do mercado brasileiro, encerramos o ano de 2017 com a sensação de que estamos apenas no começo de uma nova jornada. Depois de investir em nossa estrutura tecnológica, espinha dorsal de nosso negócio, realizamos com sucesso as primeiras e mais importantes entregas de nossa nova plataforma STAR, com ganhos relevantes de agilidade e eficiência para a Cielo e, sobretudo, com conveniência e facilidade para o nosso cliente gerir seu negócio ainda melhor. Com a conclusão de todo o processo esperado para 2018, mais está por vir em termos de agilidade, eficiência e desenvolvimento de soluções para nossos clientes. Alavancando em nossa estrutura crescentemente eficiente, moderna e rápida, fomos capazes de desenvolver e implementar novos produtos e serviços. Atendendo as mais diversas necessidades de nossos mais variados clientes, temos hoje mais de 140 mil estabelecimentos comerciais utilizando o Cielo Controle (planos com valores fixos a depender do faturamento), outros milhares utilizando o Cielo Farol (serviço de *business analytics* para o pequeno e médio varejo) e um nível de satisfação de nosso novo extrato superior a 90%. A Cielo LIO, o primeiro smart terminal do mercado brasileiro, iniciou sua jornada para se tornar o primeiro canal de interação entre o cliente e o ecossistema da companhia (Cielo *Open Platform*), seguindo tendência global de adoção de plataformas abertas para o desenvolvimento de soluções para o varejo. Hoje temos mais de 35 mil LIOs instaladas e enxergamos grande potencial de adoção dessa nova solução, com o novo modelo de *hardware* que vem sendo distribuído desde dezembro (LIO v2). Explorando o conceito de plataforma aberta, com mais de 60 aplicativos (*apps*) homologados até o momento, queremos estar na vanguarda da inovação, nos pautando no conceito de customização em massa a fim de atender os mais distintos formatos e tamanhos de negócios.

A forma de trabalho ágil, fruto do processo de evolução digital pela qual a companhia vem passando, permitiu, em conjunto com a nova plataforma de TI, a entrega de novas soluções em um período muito mais curto do que o anteriormente necessário. Nosso tempo de resposta (*time to market*) caiu de forma significativa, com novos produtos sendo entregues em prazos substancialmente menores. Isso nos dá a confiança de que estamos na direção correta para seguirmos expostos ao promissor mercado eletrônico de pagamentos, ajudando nossos clientes a obter melhores resultados, com mais ferramentas inovadoras que devem ajudá-los a gerir seus negócios e potencializar suas vendas.

Adicionalmente, cumprimos, de forma bem-sucedida, com todos os requerimentos regulatórios, obtendo a licença de instituição de pagamento, assim concedida pelo Banco Central do Brasil, em abril de 2017 e, mais tarde, adotamos a liquidação centralizada de nossas transações realizadas por meio da Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP). Com uma estrutura robusta de controles e uma solidez financeira sem igual em nosso mercado de atuação, temos a segurança e a tranquilidade de que seremos capazes de nos adaptar a qualquer mudança que uma indústria que vive em constante transformação venha a passar, garantindo, como líder do mercado, a robustez que o mercado de meios de pagamento exige. Agora, passado o período mais agudo da história de nossa economia, iniciamos 2018 com o sentimento e a sensação de que o pior ficou para trás. Pelo quinto mês consecutivo, o Índice Cielo do Varejo Ampliado (CVA) registrou crescimento real, indicando uma clara tendência de recuperação do mercado varejista brasileiro. A Cielo, por sua vez, apresentou sinais operacionais em gradual recuperação durante o segundo semestre, com volumes em aceleração e redução do ritmo de queda da nossa base de terminais. Com isso, fomos capazes de entregar um lucro líquido de R\$ 4,1 bilhões, em critério IFRS. Reiterando nosso compromisso com o mercado e com a geração de valor para nossos acionistas, incrementamos a distribuição de dividendos para 70% do lucro. Em um cenário econômico mais benigno e um ambiente competitivo desafiador, mas racional, estamos confiantes com o que está por vir: vamos em frente.

DESTAQUES 2017

- Volume financeiro de transações totalizou R\$ 625,6 bilhões, crescimento de 7,0% em relação ao exercício de 2016, ou R\$ 40,7 bilhões;
- Receita operacional líquida totalizou R\$ 11.600,3 milhões, redução de 5,7% em relação ao exercício de 2016, ou R\$ 0,7 bilhão;
- Aquisição de recebíveis (ARV), antes do custo de capital próprio e de terceiros, totalizou R\$ 2.291,8 milhões, representando uma redução de 10,9% em relação ao exercício de 2016. As aquisições de recebíveis atingiram 18,4% sobre o volume financeiro de crédito no ano de 2017, queda de 1,8 ponto percentual em relação ao exercício de 2016;
- Os gastos totais (custos e despesas) totalizaram R\$ 7.462,0 milhões, redução de 7,4% em relação ao exercício de 2016, ou R\$ 597,8 milhões;
- Lucro líquido Cielo totalizou R\$ 3.854,8 milhões, redução de 0,9% em relação ao exercício de 2016, ou R\$ 36,5 milhões;
- EBITDA de R\$ 5.277,9 milhões, redução de 4,6% em relação ao exercício de 2016, ou R\$ 259,0 milhões.

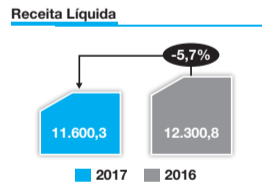
**DESEMPENHO OPERACIONAL 2017**

Em 2017, o volume financeiro de transações totalizou R\$ 625,6 bilhões, representando um aumento de 7,0%, ou R\$ 40,7 bilhões, em comparação aos R\$ 584,9 bilhões capturados em 2016.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações totalizou R\$ 344,1 bilhões em 2017, apresentando um aumento de 4,5% ou R\$ 14,8 bilhões em relação ao exercício anterior.

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações totalizou R\$ 281,5 bilhões em 2017, um crescimento de 10,1% ou R\$ 25,9 bilhões em relação ao exercício anterior.

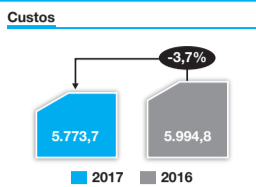
Adicionalmente, a Cielo capturou 7,324 bilhões de transações no exercício de 2017, um crescimento de 8,8% em relação ao exercício anterior.

DESEMPENHO FINANCEIRO 2017**COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

A receita líquida da Cielo consolidada totalizou R\$ 11,6 bilhões em 2017, representando uma redução de R\$ 0,7 bilhão ou 5,7%, quando comparada com R\$ 12,3 bilhões em 2016. A diminuição da receita líquida proveniente de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito deve-se à redução do preço médio, em virtude do ambiente competitivo, concentração em clientes do segmento Grandes Contas e do crescimento da participação do produto débito. Nesse exercício também houve redução nas receitas de aluguel de equipamentos de captura (queda no parque instalado), queda de receitas da controlada M4U (dada a mudança do modelo de negócio que passou de revenda para comissionamento nas vendas de recarga de celular), bem como diminuição nas receitas da controlada Me-S (depreciação do dólar médio no exercício de 2017 em quando comparado a 2016), compensado parcialmente pelo crescimento da receita da controlada Cateno (contínua expansão dos negócios), menores incentivos pagos em decorrência de mudança no modelo de remuneração de bandeira nacional, e crescimento nos outros serviços da Controladora, principalmente relacionado ao produto Receba Rápido e às receitas com licenciamento e processamento da bandeira Eio (iniciado no segundo semestre de 2017).

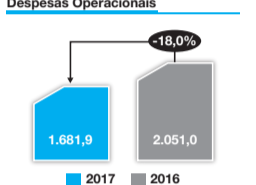
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - (Em milhares de reais)

Ativo	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante					
Disponibilidades	5	15.163	30.303	323.651	564.532
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6	269.191	902.090	855.154	932.409
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	7	10.942.833	8.386.593	4.909.289	1.237.496
Outros Créditos		65.516.354	60.014.912	66.690.471	69.783.702
Rendas a Receber	8	292.089	254.486	839.306	736.957
Diversos		65.358.398	59.906.515	66.002.513	69.196.283
Contas a Receber de Emissores	8	64.774.155	59.477.121	65.075.191	68.299.138
Contas a Receber com Partes Relacionadas		-	8.410	-	-
Creditos Tributários	9	305.100	260.602	424.100	418.328
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		215.633	125.956	543.191	413.458
Outros		27.734	41.175	51.665	65.359
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8	(134.133)	(146.089)	(151.348)	(149.538)
Outros Valores e Bens		31.986	11.838	41.381	23.016
Total do ativo circulante		76.775.527	69.345.736	72.819.946	72.541.155
Realizável a Longo Prazo					
Outros Créditos		2.186.163	2.139.548	2.320.327	2.120.434
Diversos		2.186.163	2.139.548	2.320.327	2.120.434
Devedores por depósitos em garantia	15 b.	1.610.072	1.514.389	1.621.861	1.522.612
Creditos Tributários	9	584.005	610.117	587.132	558.279
Outros		19.452	15.042	19.700	39.543
Outros Valores e Bens		87	87	1.648	110
Investimentos		8.811.562	8.823.049	110.358	94.211
Participações em Coligadas e Controladas	10	8.811.562	8.823.049	110.358	94.211
Imobilizado de Uso	11	463.595	586.401	512.596	640.099
Intangível		383.702	261.431	11.563.052	12.114.667
Ágio na aquisição de investimentos	12 a.	-	-	57.667	251.441
Outros intangíveis	12 b.	383.702	261.431	11.505.385	11.863.226
Total do ativo realizável a longo prazo e permanente		11.845.109	11.810.516	14.507.981	14.969.521
Total do Ativo		88.620.636	81.156.252	87.327.927	87.510.676

Custo dos Serviços Prestados
Evolução Anual

O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 5.773,7 milhões em 2017, representando uma redução de R\$ 221,0 milhões ou 3,7% em comparação ao exercício anterior. A diminuição ocorreu, embora tenhamos crescimento no volume financeiro capturado, em decorrência dos seguintes eventos:

- Redução de R\$ 81,7 milhões ou 9,1% nos **custos relacionados à transação**, excluindo remuneração das bandeiras, tais como com estabelecimentos, central de atendimento, telecomunicações, suprimentos e rede de captura, dado às ações de racionalização de gastos e de eficiência operacional, parcialmente compensada pelo aumento dos custos com processamento e liquidação de transações, visto o acréscimo do volume de transações capturadas em 2017;
- Aumento de R\$ 207,3 milhões ou 30,8% nos **custos de remuneração das bandeiras**, substancialmente relacionado à mudança no modelo de remuneração de bandeira nacional resultante da abertura de mercado para outras adquirentes (aumento do *fee* de bandeira compensando os efeitos positivos em receita), bem como, início do pagamento de *fees* para bandeiras Amex e Hiper no 4T17;
- Redução de R\$ 59,5 milhões ou 7,9% nos **custos vinculados aos equipamentos**, diretamente relacionados a menor demanda de manutenção e instalação de terminais, visto a diminuição da volumetria resultante da queda da base de equipamentos de captura e de clientes, bem como em virtude de ações de racionalização de gastos em 2017;
- Redução de R\$ 177,5 milhões ou 25,2% nos **custos da controlada M4U**, decorrente da mudança no modelo de remuneração de determinados produtos, que passaram de revenda para comissionamento nas vendas a partir do 3T16;
- Redução de R\$ 66,7 milhões ou 4,1% nos custos vinculados à **gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard**, em virtude do menor volume de renovação de cartões, sazonalidade específica da operação, e de iniciativas de racionalização de gastos com central de atendimento, parcialmente compensado pelo acréscimo dos custos com remuneração das bandeiras, visto o aumento do volume de transações capturadas em 2017; e
- Redução de R\$ 43,0 milhões ou 3,1% nos **custos da controlada Merchant e-Solutions**, decorrente da depreciação do dólar médio anual na comparação entre os exercícios, parcialmente compensado pelo acréscimo dos gastos com intercâmbio, remuneração das bandeiras e processamento de transações, em linha com o aumento do volume de transações capturado.

Despesas Operacionais
Evolução Anual

As despesas operacionais totalizaram R\$ 1.681,9 milhões em 2017, apresentando uma redução de R\$ 369,1 milhões ou 18,0%, em relação ao exercício anterior. A diminuição decorre substancialmente dos seguintes eventos:

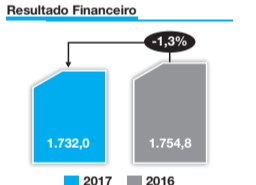
Despesas de pessoal - As despesas de pessoal reduziram R\$ 3,6 milhões ou 0,7%, para R\$ 522,5 milhões em 2017, comparadas com os R\$ 526,1 milhões em 2016. A diminuição decorre substancialmente dos maiores gastos com aposentadoria e verbas rescisórias de executivos na Controladora em 2016 e dos menores gastos com remuneração baseada em ações ("*Stock Option*") a partir do 3T17, em virtude de atualização de critérios, considerando inclusive efeitos retroativos, parcialmente compensado pelo reajuste médio definido em convenção coletiva sobre salários na Controladora, rescisão de executivo em 2017 e por maiores gastos com pessoal nas controladas Cateno e Braspag em 2017.

Despesas gerais e administrativas - As despesas gerais e administrativas, excluindo depreciação, aumentaram R\$ 5,4 milhões ou 1,1%, para R\$ 493,0 milhões em 2017, comparadas com os R\$ 487,6 milhões em 2016. O aumento está relacionado ao acréscimo dos gastos com projetos estratégicos na Controladora e na Cateno, parcialmente compensado pela redução dos custos com ações de credenciamento e ativação de clientes na Controladora e pela diminuição das despesas administrativas na Merchant e-Solutions, em virtude da mudança de sede da California para Atlanta em 2016 e da depreciação do dólar médio do período.

Depreciação e amortização - As despesas de depreciação e amortização reduziram R\$ 132,7 milhões ou 34,0%, para R\$ 257,8 milhões em 2017, comparadas com os R\$ 390,6 milhões em 2016. A redução está substancialmente relacionada ao término da amortização de ágio registrado na controlada americana Cielo USA em julho de 2017 e ao respectivo efeito da depreciação do dólar médio no período, parcialmente compensado pelo início da amortização do ágio gerado na compra de 41,34% da Multidisplay a partir de julho de 2016.

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing reduziram R\$ 131,4 milhões ou 41,0%, para R\$ 189,0 milhões em 2017, comparadas com os R\$ 320,4 milhões em 2016. A redução decorre de menores gastos incorridos com ações de vendas realizadas em conjunto com o emissor e parceiros, bem como de mídias televisivas em 2017.

Outras despesas operacionais líquidas - As outras despesas operacionais líquidas reduziram R\$ 114,3 milhões ou 33,6%, para R\$ 226,0 milhões em 2017, comparada com os R\$ 340,3 milhões em 2016. A redução está substancialmente relacionada à redução de perdas com equipamentos de captura (POS), à diminuição da expectativa de perdas com contingências, bem como à queda das perdas transacionais na Cateno em função de ações de "eficiência operacional e de segurança", parcialmente compensado pelo aumento na expectativa de perdas com créditos incobráveis na Controladora.

Resultado Financeiro
Evolução Anual

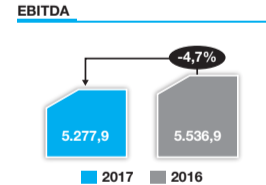
O resultado financeiro totalizou R\$ 1.732,0 milhões em 2017, representando uma redução de 1,3% ou R\$ 22,8 milhões em relação ao exercício anterior, que obteve um resultado de R\$ 1.754,8 milhões. O decréscimo ocorreu em decorrência dos seguintes eventos:

Receitas financeiras - As receitas financeiras aumentaram R\$ 166,1 milhões ou 67,9%, para R\$ 410,9 milhões em 2017, comparadas com os R\$ 244,8 milhões em 2016. O crescimento está substancialmente relacionado ao maior saldo médio aplicado em 2017 pela Controladora oriundo do caixa gerado em suas operações, mesmo considerando a queda da taxa média DI, bem como, receitas oriundas da aplicação do excedente de caixa no início das operações do FIDC Plus.

Despesas financeiras - As despesas financeiras reduziram R\$ 406,4 milhões ou 30,0%, para R\$ 947,6 milhões em 2017, comparadas com os R\$ 1.354,0 milhões em 2016. A diminuição decorre da redução do endividamento médio com terceiros, em virtude da amortização da segunda parcela das debêntures públicas em abril de 2017, e da queda do custo de captação influenciada substancialmente pela queda da DI.

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) - A aquisição de recebíveis, antes do custo de capital próprio e terceiros, líquida dos tributos, totalizou R\$ 2.291,8 milhões em 2017, apresentando uma redução de R\$ 279,4 milhões ou 10,9%, quando comparada com os R\$ 2.571,2 milhões em 2016. O decréscimo está substancialmente relacionado à queda da taxa DI no período, bem como à diminuição do volume antecipado (queda parcialmente compensada pela migração para o produto "Receba Rápido") e pela redução do prazo médio das operações.

Varição Cambial - A variação cambial reduziu R\$ 315,9 milhões, para R\$ 23,2 milhões negativos em 2017, comparadas com os R\$ 292,7 milhões positivos em 2016. O decréscimo está substancialmente relacionado ao efeito do dólar de fechamento entre os períodos sobre o saldo do financiamento de longo prazo "*ten years bonds*".



O EBITDA totalizou R\$ 5.277,9 milhões em 2017, representando uma redução de 4,7% em relação ao exercício de 2016, conforme demonstrado a seguir:

EBITDA (R\$ milhões)	2017	2016
Lucro Líquido Cielo	3.854,4	3.891,3
Outros acionistas que não a Cielo	208,6	178,0
Resultado Financeiro	(1.732,0)	(1.754,8)
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.813,4	1.940,5
Depreciação e Amortização	1.133,1	1.281,9
EBITDA	5.277,9	5.536,9
% Margem EBITDA	45,5%	45,0%

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação dos outros acionistas que não a Cielo.

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade. No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um valor para a Companhia, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Companhia. Para tanto, a Companhia adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), evidenciando o comprometimento da Companhia e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores. A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e do monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Secretaria de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e dos comitês/fóruns de assessoramento da Companhia e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, de forma colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente; (f) da existência de calendário anual e pauta mínima do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões previamente agendadas; (g) da troca de informações por meio do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesses; (i) do Código de Conduta Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas. Importante destacar que, em 2013, a Companhia formalizou em Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesses da Companhia ("Política"), que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Companhia envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvam potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Companhia, sempre consoante às melhores práticas de Governança Corporativa.

As questões referentes ao conflito de interesses/partes relacionadas devem ser direcionadas ao Comitê de Governança Corporativa para que este, mediante premissas, filtros e mecanismo definidos na Política, recomende o tema para a deliberação do Conselho de Administração. Quando se tratar de assuntos relacionados ao conflito de interesses/partes relacionadas entre os acionistas integrantes do bloco de controle e a Companhia, o Comitê de Governança Corporativa, em caráter excepcional, será composto por dois Conselheiros independentes, devendo o segundo Conselheiro ser convocado a apreciar a matéria na condição de membro "*ad hoc*" do Comitê de Governança Corporativa, em substituição aos representantes dos Acionistas Controladores.

Como exemplos práticos, temos (a) a política de incentivos aos bancos aprovada exclusivamente pelos membros independentes do Conselho de Administração e (b) a aprovação da constituição da Cateno (fruto da associação entre a Cielo e Banco do Brasil) realizada exclusivamente pelos conselheiros independentes e membros do Conselho de Administração indicados pelo Banco Bradesco. Em relação aos órgãos de governança corporativa da Companhia, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, é composto por 11 (onze) membros, os quais não exercem função executiva na Companhia, sendo 03 (três) deles membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Companhia e de seus acionistas minoritários. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar sua gestão. Atualmente, a Diretoria Estatutária da Companhia é composta por 07 (sete) membros e exerce a administração geral da Companhia, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Companhia às melhores práticas de governança corporativa, o Conselho de Administração possui 5 (cinco) comitês de assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Comitê de Sustentabilidade; e a Diretoria Executiva possui 10 (dez) fóruns de assessoramento: Fórum de Risco, Fórum de Risco Emissor, Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de Gastos, Fórum de Gestão da Continuidade de Negócio, Fórum de Investimento Social e Cultural, Fórum de Preços, Fórum de Projetos e Fórum de Diversidade.

O Conselho Fiscal da Companhia, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros titulares e igual número de suplentes, sendo um dos membros efetivos membro independente. A Companhia está comprometida com a inclusão dos temas associados à Sustentabilidade em suas práticas, visando assegurar o sucesso do negócio no longo prazo, contribuir para um meio ambiente saudável, uma sociedade mais justa e o desenvolvimento socioeconômico do país. Esse compromisso se dá no dia a dia, por meio de práticas ambientais consistentes, como por exemplo, o estabelecimento de uma estratégia climática, que inclui a realização do Inventário de Gases de Efeito Estufa - alinhado às melhores práticas globais, auditado e publicado no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol, e a compensação das emissões de carbono; o investimento em projetos sociais que promovem a inovação, o empreendedorismo e a transformação e inclusão social, ampliando o acesso de públicos mais vulneráveis a atividades culturais, esportivas, educacionais e de saúde; e soluções de negócio que promovem a inclusão financeira e garantem a formalização da economia. A geração de valor para a Companhia e para os públicos com os quais nos relacionamos se dá por meio de uma conduta ética, premissa que orienta e permeia todas as atividades da Companhia. Por meio do Código de Conduta Ética, a Companhia busca garantir as melhores práticas corporativas no relacionamento com seus diversos públicos de interesse. Em consonância com o princípio da transparência, a Companhia publicou, em abril de 2017, o Relatório de Sustentabilidade 2016, o qual foi elaborado com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), versão G4, apresentando informações sobre o desempenho em relação aos aspectos mais relevantes para a sustentabilidade do negócio, buscando assim demonstrar sua capacidade de gerar valor e atuar de maneira perene.

Essa agenda de sustentabilidade promove oportunidades de negócios e possibilita vantagens competitivas à Companhia, percebidas pelo mercado financeiro e por toda a sociedade. Exemplo disso a Companhia, integra, pelo quinto ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), reconhecimento que atesta, dentre as iniciativas da Companhia, as boas práticas de governança corporativa, gestão de fornecedores - levando em consideração aspectos socioambientais e ações de promoção da qualidade de vida para os colaboradores. Desde 2015, integra o índice de Sustentabilidade *Euromet-Vigeo* EM70, que engloba 70 empresas com alta performance em responsabilidade corporativa em mercados emergentes, lançado em 2015 pela *Vigeo*, agência líder em *ratings* globais voltados à sustentabilidade.

Em 2017, a Companhia integrou, pelo segundo ano consecutivo, a carteira do *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), na categoria *World*. Para serem incluídas, as empresas passam por rigoroso processo seletivo, que analisa dados econômicos, desempenho ambiental e social, governança corporativa, gestão de riscos, mitigação da mudança climática, práticas trabalhistas, dentre outras. E, desde 2011, a Companhia possui *American Depositary Receipts* (ADRs), nível I, listada no mercado de balcão OTCQX Internacional.

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante o ano de 2017, a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG. A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes lhe prestaram serviço não relacionado à auditoria externa durante o ano de 2017, que consiste na assessoração do Relatório de Sustentabilidade e do Inventário de Emissão de Gases de Efeito, na Cielo. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da empresa, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações financeiras, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante da contratação representa cerca de 1,8% do total dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras de 2017 da controladora Cielo, de suas controladas Cateno, Cielo USA, Merchant e-Solutions, Orizon e da coligada Stelo.

As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, volume financeiro e quantidade de transações, informações da indústria e setoriais, contribuições na receita líquida, quantidade de funcionários, apresentadas para justificar as variações, não foram objeto de auditoria realizada pelos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Para os períodos de seis meses e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		2º semestre/17	Exercício/17	Exercício/16	2º semestre/17	Exercício/17	Exercício/16
Receita Líquida	18	3.491.690	6.836.036	7.366.989	5.968.025	11.600.341	12.300.784
Custo dos Serviços Prestados	19	(1.301.688)	(2.390.959)	(2.313.785)	(3.009.966)	(5.773.721)	(5.994.759)
Lucro Bruto		2.190.002	4.445.077	5.053.204	2.958.059	5.826.620	6.306.025
Receitas (Despesas) Operacionais							
Pessoal	19	(125.244)	(271.304)	(283.001)	(249.354)	(522.484)	(526.130)
Gerais e administrativas	19	(217.947)	(427.420)	(430.161)	(329.043)	(750.880)	(878.148)
Vendas e marketing	19	(98.343)	(176.059)	(308.841)	(105.317)	(188.967)	(320.413)
Equivalência patrimonial	10	243.924	308.945	83.664	2.805	6.410	14.003
Outras despesas operacionais, líquidas	19e20	(95.452)	(195.463)	(239.831)	(104.827)	(225.952)	(340.316)
Lucro Operacional		1.896.940	3.683.776	3.875.034	2.172.323	4.144.747	4.255.021
Resultado Financeiro							
Receitas financeiras	26	127.362	251.498	110.213	215.277	410.883	244.783
Despesas financeiras	26	(303.097)	(830.148)	(1.298.205)	(395.206)	(947.566)	(1.353.955)
Aquisição de recebíveis e FIDC	26	1.054.894	2.246.913	2.572.080	1.098.577	2.291.844	2.571.218
Varição cambial, líquida	26	(2.691)	(22.994)	292.679	(2.694)	(23.184)	292.743
		876.468	1.645.269	1.676.767	915.954	1.731.977	1.754.789
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		2.773.408	5.329.045	5.551.801	3.088.277	5.876.724	6.009.810
Imposto de Renda e Contribuição Social							
Correntes	9	(793.222)	(1.492.624)	(1.881.051)	(1.021.559)	(1.885.935)	(2.204.050)
Diferidos	9	43.898	18.386	220.551	75.608	72.569	263.587
Lucro Líquido do Período		2.024.084	3.854.807	3.891.301	2.142.326	4.063.358	4.069.347
Atribuído a:							
Acionistas controladores					2.024.084	3.854.807	3.891.301
Outros acionistas que não a Cielo					118.242	208.551	178.046
					2.142.326	4.063.358	4.069.347
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	17	0,746	1,421	1,436	0,746	1,421	1,436
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	17	0,745	1,419	1,433	0,745	1,419	1,433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os períodos de seis meses e exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			
		2º semestre/17	Exercício/17	Exercício/16	2º semestre/17	Exercício/17	Exercício/16
Receitas							
Vendas de serviços	18	3.888.649	7.608.433	8.194.258	6.579.214	12.781.721	13.543.949
Perda com créditos incobráveis e fraude	20	(94.111)	(180.247)	(161.363)	(110.605)	(213.760)	(221.070)
		3.794.538	7.428.186	8.032.895	6.468.609	12.567.961	13.322.879
Insunhos adquiridos de terceiros							
Gastos com serviços prestados		(1.029.287)	(1.829.832)	(1.759.136)	(2.528.466)	(4.804.214)	(5.041.684)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(285.047)	(538.568)	(685.504)	(279.938)	(509.534)	(618.154)
Outros gastos, líquidos		(3.915)	(20.873)	(34.774)	3.302	(17.601)	(52.149)
(Perda) recuperação na realização de ativos		2.571	5.655	(46.693)	2.476	5.409	(71.845)
		(1.315.678)	(2.383.618)	(2.526.107)	(2.802.626)	(5.325.940)	(5.783.832)
Valor adicionado bruto		2.478.860	5.044.568	5.506.788	3.665.983	7.242.021	7.539.047
Retenções							
Depreciações e amortizações	11e12	(212.481)	(440.516)	(439.363)	(503.836)	(1.133.117)	(1.281.879)
Valor adicionado líquido produzido		2.266.379	4.604.052	5.067.425	3.162.147	6.108.904	6.257.168
Valor adicionado recebido em transferência							
Equivalência patrimonial	10	243.924	308.945	83.664	2.805	6.410	14.003
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida e aquisição de recebíveis	26	1.237.258	2.596.477	3.105.006	1.371.803	2.807.033	3.245.319
		1.481.182	2.905.422	3.188.671	1.374.608	2.813.443	3.259.322
Valor adicionado total a distribuir		3.747.561	7.509.474	8.256.095	4.536.755	8.922.347	9.516.490
Distribuição do valor adicionado							
Pessoal e encargos		(142.029)	(316.162)	(318.410)	(272.829)	(575.627)	(575.667)
Participação de colaboradores e administradores no lucro	23	(41.432)	(73.129)	(69.826)	(51.878)	(97.166)	(93.695)
Impostos, taxas e contribuições		(1.237.757)	(2.436.364)	(2.681.783)	(1.668.324)	(3.225.950)	(3.416.666)
Despesas de juros e aluguéis incorridos		(302.259)	(829.012)	(1.294.775)	(401.398)	(960.246)	(1.362.865)
Dividendos e JCP pagos		(1.327.352)	(1.327.352)	(612.365)	(1.327.352)	(1.327.352)	(612.365)
Dividendos e JCP propostos		(49.633)	(1.376.985)	(624.730)	(49.633)	(1.376.985)	(624.730)
Retenção de lucros		(647.099)	(1.150.470)	(2.654.206)	(647.099)	(1.150.470)	(2.652.456)
Participação de outros acionistas que não a Cielo		-	-	-	(118.242)	(208.551)	(178.046)
Valor adicionado distribuído		(3.747.561)	(7.509.474)	(8.256.095)	(4.536.755)	(8.922.347)	(9.516.490)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos acionistas controladores	Reservas de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Total da participação dos acionistas controladores	Participação de acionistas que não a Cielo	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Legal				
Saldos em 01 de janeiro de 2016		2.500.000	60.678	(140.648)	500.000	1.229.692	-	-	8.826.576
Aumento de capital	16.a)	1.000.000	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	(24.904)	-	-	(24.904)	-	(24.904)
Opção de ações e ações outorgadas	25	-	31.067	-	-	-	31.067	-	31.067
Venda / transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opções de ações	25 e 16.c)	-	(28.683)	61.585	-	-	32.902	-	32.902
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	3.891.301	178.046	4.069.347
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	16.e)	-	-	-	200.000	-	(200.000)	-	-
Juros sobre o capital próprio pagos	16.g)	-	-	-	-	-	(238.000)	-	(238.000)
Dividendos mínimos obrigatórios pagos	16.g)	-	-	-	-	-	(374.365)	-	(374.365)
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	16.g)	-	-	-	-	-	(376.930)	-	(376.930)
Juros sobre o capital próprio propostos	16.g)	-	-	-	-	-	(247.800)	-	(247.800)
Reserva de Orçamento de Capital	16.f)	-	-	-	2.454.206	-	(2.454.206)	-	-
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas		-	-	-	-	-	-	(161.746)	(161.746)
Ajustes de Avaliação Patrimonial:									
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	16.d)	-	-	-	-	-	29.046	29.046	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		3.500.000	63.062	(103.967)	700.000	3.583.898	162.611	7.905.604	3.659.589
Saldos em 01 de janeiro de 2017		4.700.000	64.283	(84.419)	791.536	2.795.733	150.613	9.159.421	12.815.282
Opção de ações e ações outorgadas	25	-	9.662	-	-	-	9.662	-	9.662
Venda / transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opções de ações	25 e 16.c)	-	(11.325)	30.494	-	-	19.169	-	19.169
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	2.024.084	2.024.084	2.142.326
Destinação sobre o lucro líquido do semestre:									
Reserva legal	16.e)	-	-	-	101.204	-	(101.204)	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	16.g)	-	-	-	-	-	(318.200)	-	(318.200)
Dividendos pagos	16.g)	-	-	-	-	-	(741.675)	-	(741.675)
Dividendos adicionais propostos	16.g)	-	-	-	-	1.058.785	(1.058.785)	-	-
Reserva de Orçamento de Capital	16.f)	-	-	-	545.895	-	(545.895)	-	-
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas		-	-	-	-	-	-	(114.510)	(114.510)
Ajustes de Avaliação Patrimonial:									
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	16.d)	-	-	-	-	-	(1.594)	(1.594)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		4.700.000	62.620	(53.925)	892.740	3.341.628	149.019	10.150.867	3.659.593
Saldos em 01 de janeiro de 2017		3.500.000	63.062	(103.967)	700.000	3.583.898	162.611	7.905.604	3.659.589
Aumento de capital	16.e)	1.200.000	-	-	-	-	-	-	-
Opção de ações e ações outorgadas	25	-	24.025	-	-	-	24.025	-	24.025
Venda / transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opções de ações	25 e 16.c)	-	(24.467)	50.042	-	-	25.575	-	25.575
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	3.854.807	3.854.807	4.063.358
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:									
Reserva legal	16.e)	-	-	-	192.740	-	(192.740)	-	-
Juros sobre o capital próprio propostos	16.g)	-	-	-	-	-	(318.200)	-	(318.200)
Juros sobre o capital próprio pagos	16.g)	-	-	-	-	-	(325.300)	-	(325.300)
Dividendos pagos	16.g)	-	-	-	-	-	(1.002.052)	-	(1.002.052)
Dividendos adicionais ao mínimo obrigatório propostos	16.g)	-	-	-	-	1.058.785	(1.058.785)	-	-
Reserva de Orçamento de Capital	16.f)	-	-	-	957.730	-	(957.730)	-	-
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas		-	-	-	-	-	-	(208.547)	(208.547)
Ajustes de Avaliação Patrimonial:									
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	16.d)	-	-	-	-	-	(13.592)	(13.592)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		4.700.000	62.620	(53.925)	892.740	3.341.628	149.019	10.150.867	3.659.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cielo S.A. ("Sociedade" ou "Cielo") foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla "CIEL3", e junto com suas subsidiárias integram os grupos do Banco do Brasil e Bradesco.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade, controladas em conjunto e coligada, que junto à Cielo também são designadas como "Grupo" ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de aquisição, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet, processamento de informações e serviços de suporte para as empresas da área médica.

Eventos significativos do período

No semestre e exercício findos em 3



CIELO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 01.027.058/0001-91

www.cielo.com.br



2.3 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisões para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação e de saldos a receber de emissores, por exemplo), imposto de renda e contribuição social diferidos (créditos tributários), redução ao valor recuperável do ágío, provisões para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de apresentação.

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Me-S. Esses empréstimos serão liquidados com o caixa gerado nas operações do exterior. Adicionalmente, com relação à Me-S, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e Me-S (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do período. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em ajustes de avaliação patrimonial e acumuladas no patrimônio líquido. O ágío e sua amortização e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no fim de cada período. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

2.5 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada ao resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida "pro rata temporis", considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da Me-S, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a Me-S manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a Me-S é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixa e equivalentes de caixa que, são representados por disponibilidades em moeda nacional, em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moeda estrangeira, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição das disponibilidades e das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 5.

2.7 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisões para desvalorização, quando aplicável.

A composição e os prazos das aplicações interfinanceiras de liquidez estão apresentados na Nota 6 e os rendimentos auferidos estão apresentados na Nota 26.

2.8 Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Sociedade em três categorias distintas, conforme Circular Bacen nº 3.068/01:

Títulos para negociação

São aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda

São aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento

São aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados a valor de mercado.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Os títulos e valores mobiliários são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os títulos e valores mobiliários perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte da contraparte, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um título ou valor mobiliário é reconhecida no resultado do período se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários estão apresentados na Nota 7.

2.9 Instrumentos financeiros derivativos e operações de "hedge"

A Sociedade contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Sociedade mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das demonstrações financeiras.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um "hedge" de fluxo de caixa ou um "hedge" de variação cambial de investimentos no exterior são registradas em ajustes de avaliação patrimonial, e quando qualificados como um "hedge" de risco de mercado, o objeto e o instrumento de "hedge" são registrados no resultado pelos valores justos.

A Sociedade avalia, tanto no início da cobertura do "hedge" quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de "hedge" são altamente eficazes na compensação das alterações no valor justo ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de "hedge" é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial, é imediatamente reportada na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como "hedge" ou caracterizados como "hedge" de risco de mercado são reconhecidas na linha de (Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido, na demonstração do resultado.

2.10 Contas a receber operacionais e contas a pagar a clientes

a) Contas a receber operacionais

Contas a receber de emissores

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio, com prazos de recebimento inferiores a um ano.

Aquisição de recebíveis

Contas a receber dos bancos emissores relacionado às operações de aquisição de recebíveis, registrado pelo valor adquirido, calculado individualmente, desatando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados e utilizando-se as taxas de desconto contratadas nessas operações.

Valores a receber de transações financeiras processadas

Representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela Me-S que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.

Valores a receber de comissões de estabelecimentos comerciais

Representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.

b) Contas a pagar a clientes

Contas a pagar a estabelecimentos

Obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade.

Valores a liquidar para os estabelecimentos comerciais referentes a transações processadas pela Me-S

São representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A Me-S paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.

Cauições de clientes

A Me-S mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.11 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são apresentadas pelo método da equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis das subsidiárias no exterior são adaptadas aos critérios contábeis da controladora e convertidas para a moeda Real pela taxa do final do período.

2.12 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de

redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa 11. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. A composição dos saldos do imobilizado e sua respectiva depreciação está apresentada na Nota 11.

2.13 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

2.14 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Anualmente, e se houver evidência, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.15 Ágio

O ágío corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágío fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável. O ágío decorrente de investimentos em controladas, coligada e empreendimentos controlados em conjunto é incluído no valor contábil do investimento nas demonstrações contábeis individuais. Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ágío gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

2.16 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Ajustes de Avaliação Patrimonial" ou diretamente no patrimônio líquido. Nesses casos, os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido. Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

As informações contábeis consolidadas incluem as seguintes controladas, controladas em conjunto e coligada, diretas e indiretas, e fundos de investimentos:

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2017	31/12/2016	
Participação direta em controladas e FIDCs: Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99	Prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito.
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00	Prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, de bandeira privada e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito).
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay") (*)	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular.
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. ("Braspag")	99,99	99,99	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, e serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99	Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
Cielo Cayman Island ("Cielo Cayman")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista. A Cielo Cayman não realizou qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC") (**)	100,00	100,00	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de aquisição da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC PLUS") (***)	77,10	-	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de aquisição da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos ("FIC")	100,00	-	Fundo destinado à aplicação em ativos financeiros com prazo indeterminado de duração
Participação indireta em controladas: M4Produtos e Serviços S.A. ("M4Produtos") (*)	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, transporte pré-pago, e serviços de pagamento móvel.
Merchant e-Solutions, Inc. ("Me-S")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito.
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto: Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. ("Orizon")	40,95	40,95	Processamento de informações para as empresas de saúde, gestão de serviços de suporte ("back office") para operadoras de saúde, prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00	Prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas.
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto: Prevsaude Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. ("Prevsaude")	40,95	40,95	Prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios.
Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. ("Guilher")	40,95	40,95	Importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.
Participação indireta em coligada: Stelo S.A. ("Stelo")	30,00	30,00	Facilitadora para pagamentos online e carteira digital, tanto para o mundo físico quanto para o comércio eletrônico.

(*) Em julho/16, a Sociedade concluiu a aquisição adicional de 41,34% de participação na controlada Multidisplay (vide nota explicativa 12).

(**) Fundo constituído em 05 de agosto de 2016 (vide nota explicativa 7, item b).

(***) Fundo constituído em 30 de setembro de 2017 (vide nota explicativa 7, item b).

4. ADOÇÃO INICIAL DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS CONSUBSTANCIADAS NO PLANO CONTÁBIL DAS INSTITUIÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Em 09 de outubro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.865 que estabelece, dentre outros assuntos, os conceitos, princípios e normas gerais sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento, os quais passam a integrar o SBP, bem como a se submeter à regulamentação do BACEN.

A Lei nº 12.865/2013 e o conjunto de normas expedidas pelo CMN e pelo BACEN definem o novo marco regulatório aplicável aos arranjos de pagamento e instituições de pagamento, incluindo a atividade de credenciamento de estabelecimentos comerciais, conforme desenvolvida pela Sociedade. Este conjunto de normas têm por objetivo principal modernizar os instrumentos de pagamentos com foco na eficiência e segurança do SPB, sendo que sua aplicação, bem como a supervisão das chamadas instituições de pagamento (tal qual a Sociedade) passa a ser de responsabilidade do Banco Central.

Diante dessa conjuntura, em 27 de abril de 2017, a Cielo S.A. obteve a autorização do BACEN para atuar como instituição de pagamento na modalidade de credenciadora, passando a observar regras comuns aplicáveis às instituições de pagamento, incluindo a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras de acordo com os critérios e regras contábeis definidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Dentre as principais diferenças entre as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs") e as práticas contábeis adotadas no Brasil ("CPC") em relação ao novo regime contábil do Banco Central que passou a ser adotado pela Sociedade (COSIF), destaca-se o tratamento do ágío. De forma diversa ao tratamento adotado pelas IFRSs, no âmbito do COSIF, o ágío contabilizado com fundamento na previsão de resultados futuros ("goodwill") deve ser amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido à avaliação anual de recuperabilidade ("teste de impairment").

Nesse sentido, em linha com os preceitos do Pronunciamento Contábil nº 23 - Práticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e aprovado pela Resolução CMN nº 4.077/11, bem como dos procedimentos de adoção inicial definidos na Circular nº 3.833/17, do BACEN, a amortização do saldo de ágío foi feita de forma retrospectiva, desde a data originária de aquisição de investimento pela Sociedade e de acordo com os prazos dos projetos que o justificaram, limitados a 5 (cinco) anos.

Adicionalmente, em razão do novo marco regulatório, houve mudança no modelo de operação da Sociedade, no qual a Cielo assumiu condição de devedora, garantindo o pagamento ao estabelecimento comercial desde o momento da realização da transação, passando a reconhecer contabilmente (i) como um ativo, o direito de receber o valor de compra de produtos e serviços das instituições emissoras de cartões (contas a receber de emissores); e, em contrapartida, (ii) como um passivo, a obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade (contas a pagar a clientes).

Apresentamos a seguir os efeitos no lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, assim como no patrimônio líquido, no total de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2016, decorrentes da adoção inicial do conjunto de normas contábeis expedido pelo BACEN, bem como em razão da mudança do modelo de operações da Sociedade:

2.17 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se a valores que a Sociedade é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de apertadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Sociedade possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

2.18 Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços. Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 (Nota 15).

2.19 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa 16 (g). Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório.

2.20 Plano de opções de ações e de ações restritas

A Sociedade oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, bem como aos de sua controlada Servinet, plano de opção de compra de ações e plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

3. INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

As informações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Sociedade e de suas controladas. Quando necessário, as informações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis aquelas estabelecidas pelo Grupo.

Para as controladas e fundos de investimentos (FIDCs e FIC) foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação de outros acionistas que não a Cielo. Mudanças de participação societária em investimentos em controladas que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transação de capital entre sócios, e qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tiver sido ajustada e o valor justo da quantia recebida ou paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora.

Nas informações contábeis individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Na elaboração da demonstrações financeiras consolidadas foram aplicados, além das disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras (COSIF), os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016:

	Controladora					
	31/12/2015 Publicado (IFRS)	Efeito de adoção inicial	31/12/2015 Saldo COSIF	31/12/2016 Publicado (IFRS)	Efeito de adoção inicial	31/12/2016 Saldo COSIF
Ativo:						
Circulante	10.440.157	57.453.286	67.893.443	10.983.497	58.362.239	69.345.736
Contas a receber de emissores	10.094.141	56.524.259	66.618.400	1.657.527	57.819.594	59.477.121
Outros (*)	346.016	929.027	1.275.043	9.325.970	542.645	9.868.615
Não circulante	12.830.401	(1.292.381)	11.538.020	13.132.676	(1.322.160)	11.810.516
Amortização de ágios	-	(1.337.390)	(1.337.390)	-	(1.420.082)	(1.420.082)
Outros	12.830.401	45.009	12.875.410	13.132.676	97.922	13.230.598
Total do ativo	23.270.558	56.160.905	79.431.463	24.116.173	57.040.079	81.156.252
Passivo e patrimônio líquido:						



Consolidado					
31/12/2015	Efeito de 31/12/2015	Saldo 31/12/2015	31/12/2016	Efeito de 31/12/2016	Saldo 31/12/2016
Publicado (IFRS)	adoção inicial	COSIF	Publicado (IFRS)	adoção inicial	COSIF
Ativo:					
Circulante					
Contas a receber de emissores					
10.704.756	56.524.259	67.229.015	10.479.543	57.819.595	68.299.138
Outros (*)					
1.971.098	1.165.542	3.136.640	3.263.857	978.160	4.242.017
Não circulante					
Amortização de ágios					
17.301.947	(1.337.461)	15.964.486	16.800.670	(1.831.149)	14.969.521
Outros					
17.301.947	(71)	17.301.876	16.800.670	(411.067)	16.389.603
Total do ativo					
29.977.801	56.352.340	86.330.141	30.544.070	56.966.606	87.510.676
Passivo e patrimônio líquido:					
Circulante					
Contas a pagar a Clientes					
1.503.254	57.793.449	59.296.703	1.924.255	58.474.967	60.399.222
Outros (*)					
6.560.700	(116.044)	6.444.656	5.928.525	(170.562)	5.757.963
Não circulante (*)					
11.749.880	12.325	11.762.205	9.788.300	(2)	9.788.298
Patrimônio líquido					
Reserva de distribuição de dividendos					
10.163.967	(1.337.390)	8.826.577	12.902.990	(1.337.797)	11.565.193
Total do passivo e patrimônio líquido					
29.977.801	56.352.340	86.330.141	30.544.070	56.966.606	87.510.676

(*) Refere-se a reclassificações diversas decorrente da adoção do novo plano de contas estabelecido pelo BACEN, Plano de Contas das Instituições Financeiras do sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	Efeito da 31/12/2016	31/12/2016	Efeito da 31/12/2016
	Publicado (IFRS)	adoção inicial	Publicado (IFRS)	adoção inicial
Receita líquida	7.366.989	-	7.366.989	-
Lucro bruto	5.053.204	-	5.053.204	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	4.189.479	(314.445)	3.875.034	4.569.466 (314.445)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	5.562.767	(10.966)	5.551.801	6.020.776 (10.966)
Lucro líquido do exercício	4.005.450	(114.149)	3.891.301	4.183.496 (114.149)

a. Saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2017				31/12/2016			
	Taxa média ponderada do DI a.a.	Faixa de vencimento	Total	Valor de mercado (*)	Taxa média ponderada do DI a.a.	Faixa de vencimento	Total	Valor de mercado
Disponível para venda								
Títulos privados								
Contas de fundo de investimento - FIDC	(**)	-	-	7.278.201	7.278.201	7.278.201	8.310.457	8.310.457
Mantidos para negociação								
Títulos privados								
Contas de fundo de investimento	102,24%	-	-	3.624.969	3.624.969	3.624.969	-	-
Certificados de depósitos bancários - CDB	96,24%	-	153	23	198	198	655	655
Mantidos até o vencimento								
Títulos privados								
Certificados de depósitos bancários - CDB	100,98%	-	-	-	-	-	75.481	75.481
Total		153	23	10.903.192	10.903.368	10.903.368	8.386.593	8.386.593

(*) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

(**) Os fundos possuem diferentes categorias de cotas, bem como as cotas sênior que tem uma rentabilidade de 102,95% do CDI e para a cota mezanino com 110% do DI - Depósito Interbancário. Já a cota subordinada júnior apresenta a rentabilidade líquida do fundo.

	Consolidado			
	31/12/2017			
	Taxa média ponderada do DI a.a.	Faixa de vencimento	Total	Valor de mercado (*)
Mantidos para negociação				
Títulos privados				
Certificados de depósitos bancários - CDB	99,87%	1.092	25.840	798
Contas de fundo de investimento	103,82%	-	-	4.812.227
Outros	27,827	-	-	1.429
Mantidos até o vencimento				
Títulos privados				
Certificados de depósitos bancários - CDB	100,98%	-	-	-
Total		28.919	25.840	798

(*) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 26 - Resultado financeiro.

b. Fundo de investimento em direitos creditórios

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC") iniciou suas atividades em 05 de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, exclusivo e com prazo indeterminado e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC PLUS") iniciou suas atividades em 28 de julho de 2017 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Ambos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A partir de 31 de julho de 2017, o FIDC não realizou novas aquisições de recebíveis.

Os rendimentos das cotas sênior e mezanino do FIDC PLUS são amortizados mensalmente, sendo possível amortização extraordinária para cotas mezanino e subordinadas desde que mantido o índice de subordinação mínimo de 20%. A agência Fitch Ratings atribuiu a quota sênior o rating de risco "AAA".

Os fundos tem por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização das cotas por meio de investimento de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, operacionalizados no sistema de aquisição Cielo, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

Os FIDCs devem manter após 90 (noventa) dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis.

Os direitos creditórios são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (TIR) dos contratos, pelo critério *pro rata temporis*. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

A estrutura de patrimônio do FIDC e FIDC Plus em 31 de dezembro de 2017 estão demonstradas a seguir:

	Quantidade		Valor		Participação	
	de cotas	das cotas	Cielo	de Terceiros		
FIDC	331.157	541.346	541.346	-		
Total - FIDC	331.157	541.346	541.346	-		
FIDC PLUS						
Sênior	2.000.000	4.001.090	2.000.545	2.000.545		
Mezanino	500.000	500.145	500.145	-		
Subordinada	3.037.377	4.236.165	4.236.165	-		
Total - FIDC Plus	5.537.377	8.737.400	6.736.855	2.000.545		
Total	7.278.201	12.738.791	12.283.201	2.000.545		

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão assim demonstrados:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
FIDC	542.539	1.193	542.539	169
FIDC Plus	8.741.634	4.234	8.737.400	-
Total	9.284.173	5.427	9.279.939	169

As demonstrações de resultado dos fundos ao exercício de 2017 e 2016 são apresentadas a seguir:

	31/12/2017				31/12/2016			
	Receita	Rendimento	Lucro antes	Lucro do	Receita	Rendimento	Lucro antes	Lucro do
	de aquisição	das cotas	do resultado	exercício	de aquisição	das cotas	do resultado	exercício
FIDC	1.686.286	1.683.913	1.683.913	1.683.913	658.836	682.793	682.793	682.793
FIDC PLUS	-	-	-	-	-	-	-	-

c. Operações de Hedge

"Hedge" de risco de mercado

A Sociedade, na ocasião da contratação de Instrumento Financeiro na modalidade de "swap", designou-o como instrumento de "hedge" para a operação de empréstimo em dólares americanos no valor de US\$ 297.327 equivalente a R\$ 1.000.000, vencido e liquidado em 22 de junho de 2017. Em 01 de setembro de 2017 foi contraída uma nova dívida no valor de US\$ 316.255 equivalente a R\$ 1.000.000, com vencimento em 31 de agosto de 2018, para proteção de risco de variação da moeda estrangeira e da exposição à taxa de juros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o impacto da amortização de ágio no lucro líquido na Controladora e no Consolidado é de R\$ 186.102 (registrado nas rubricas de depreciação e amortização e de equivalência patrimonial na Controladora, e na rubrica de depreciação e amortização no Consolidado), e na rubrica de outros ajustes de avaliação patrimonial é de R\$ 15.169 (em decorrência da variação cambial sobre o ágio registrado nas subsidiárias americanas).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o saldo de Caixa e equivalentes de caixa da Sociedade e do Grupo é composto pelos saldos de disponibilidades apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Disponibilidades:				
Em moeda nacional	3.650	7.519	4.362	11.232
Em moeda estrangeira	11.513	22.784	319.289	553.300
Total	15.163	30.303	323.651	564.532

Os saldos da rubrica "Disponibilidades" são constituídos por valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior.

Além das disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira, o saldo de caixa e equivalentes de caixa apresentado na demonstração do fluxo de caixa é composto por aplicações interfinanceiras de liquidez, aplicações em cotas de fundos e certificados de depósitos bancários apresentados nas notas 6 e 7.

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Controladora				Total em	
	Taxa média ponderada do DI a.a.	0 - 30	31 - 180	181 - 365	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações no mercado aberto						
Debêntures	-	-	858	268.333	269.191	902.090
compromissadas	99,09%	-	-	-	-	-
Total			858	268.333	269.191	902.090

	Controladora				Total em	
	Taxa média ponderada do DI a.a.	0 - 30	31 - 180	181 - 365	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações no mercado aberto						
Debêntures	-	-	-	-	-	-
compromissadas	99,09%	49.030	50.598	586.932	686.560	932.409
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Total		217.624	50.598	586.932	855.154	932.409

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 26 - Resultado financeiro.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o saldo de Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos da Sociedade e do Grupo é composto pelos saldos apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo:				
Títulos e valores mobiliários	10.903.368	8.386.593	4.869.824	1.237.496
Instrumentos financeiros derivativos	39.465	-	39.465	-
Total	10.942.833	8.386.593	4.909.289	1.237.496
Passivo:				
Instrumentos financeiros derivativos	-	37.665	-	37.665
Total	-	37.665	-	37.665

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 26 - Resultado financeiro.

8. OUTROS CRÉDITOS - CONTAS A RECEBER OPERACIONAIS

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2017				31/12/2016			
	Taxa média ponderada do DI a.a.	Faixa de vencimento	Total	Valor de mercado (*)	Taxa média ponderada do DI a.a.	Faixa de vencimento	Total	Valor de mercado
Rendas a Receber - Transações de Pagamentos								
Valores a receber de comissões de estabelecimentos comerciais (a)	-	-	-	422.754	360.922	-	-	-
Rendas a receber de transações de pagamentos	-	-	-	292.089	254.486	-	-	-
Contas a receber de serviços de "mobile payment" (b)	-	-	-	-	117.500	-	-	113.663
Diversos								
Contas a receber de emissores								
Contas a receber de emissores (c)	64.720.365	57.763.696	64.720.365	57.763.696	-	-	-	-
Contestações de portadores de cartão de crédito - "chargeback" (d)	27.561	32.282	27.560	32.282	-	-	-	-
Aquisição de recebíveis (e)	947	1.657.527	1.059	9.967.645	-	-	-	-
Valores a receber de transações financeiras processadas (f)	-	-	-	167.013	374.840	-	-	-
Valores a receber de intercâmbio dos estabelecimentos comerciais (g)	-	-	-	133.912	137.058	-	-	-
Outros	25.282	23.616	25.282	23.616	-	-	-	-
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(134.133)	(146.089)	(151.348)	(149.538)				

(a) O saldo corresponde às comissões auferidas pela controlada Cateno decorrentes dos serviços de gestão de contas de pagamento no Arranjo de Pagamento Ourocard.

(b) Contas a receber referentes a serviços de pagamentos eletrônicos por meio de aparelhos celulares e venda de créditos telefônicos com cartões de crédito e débito.

(c) Corresponde aos valores a receber de bancos emissores decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, já líquidos das antecipações com bancos emissores em 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, a Sociedade pode efetuar antecipação dos valores para geração de capital de giro de curto prazo. Essas antecipações possuem prazo médio de aproximadamente seis dias úteis. Em 31 de dezembro de 2017, não houve antecipação com bancos emissores e em 31 de dezembro de 2016 na controladora e no consolidado, os saldos correspondentes de antecipação de recebíveis com bancos emissores são de R\$ 574.604.

(d) Corresponde substancialmente a saldos a receber de transações contestadas pelos portadores de cartão de crédito e que se encontram em avaliação pela Controladora nas respectivas datas de balanço. ("chargeback").

(e) O saldo corresponde às aquisições de recebíveis realizadas pela Sociedade e pelos FIDCs de estabelecimentos comerciais, referentes às transações de cartões, que serão recebidas dos bancos emissores de cartão em até 360 dias da data da aquisição, líquido da receita com aquisição de recebíveis a ser apropriada na fluência dos prazos das operações, uma vez que está relacionada à aquisição de recebíveis por vendas a crédito à vista e parcelado, cujo vencimento original ocorre após as datas dos balanços.

(f) Corresponde a saldos a receber registrados na controlada Me-S. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela Me-S até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à Me-S os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da


Principais informações sobre as controladas, controladas indiretas, controladas em conjunto e coligadas

	31/12/2017							31/12/2016									
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Investimento	Capital Social	Quantidade de ações (em milhares)	Participação no Capital Social %	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Investimento	Capital Social	Quantidade de ações (em milhares)	Participação no Capital Social %	
Controladas:																	
Servinet	99,99	79.804	47.910	31.894	31.894	11.010	11.010	-	99,99	88.699	62.703	25.995	25.995	11.010	11.010	-	99,99
Multidisplay(*)	91,44	108.321	40.334	67.977	63.568	11.394	16	-	91,44	107.798	35.462	72.337	67.552	72.337	16	-	50,10
Braspag	99,99	40.592	6.912	33.680	33.678	13.470	621	-	99,99	44.809	9.648	35.161	35.161	13.470	621	-	99,99
Cielo USA	100,00	928.693	1.505.214	(576.521)	-	630.452	1	-	100,00	1.168.884	1.520.444	(351.559)	-	630.452	1	-	100,00
Cateno	70,00	12.881.293	697.355	(12.83.938)	8.528.757	414.000	10.787.400	1.198.600	70,00	12.721.902	539.221	12.182.681	8.527.877	414.000	10.787.400	1.198.600	70,00
Aliança	99,99	4.183	4.183	-	-	44.770	44.770	-	99,99	3.807	847	2.960	2.960	44.770	42.730	-	99,99
Total		14.042.886	2.301.908	11.740.968	8.657.897	1.125.096				14.135.899	2.168.325	11.967.576	8.659.545	1.186.039			
Controladas em conjunto:																	
Orizon (**)	40,95	312.385	28.551	283.834	110.351	219.930	151.865	-	40,95	275.759	31.423	244.335	94.175	146.654	140.962	-	40,95
Paggo	50,00	355	339	15	7	143.757	112.357	-	50,00	411	338	72	36	143.758	112.357	-	50,00
Total		312.740	28.890	283.849	110.358	363.687				276.170	31.761	244.407	94.211	290.412			
Coligada:																	
Stelo	30,00	135.847	138.309	(2.462)	-	139.900	109.100	-	30,00	78.619	54.187	24.432	-	139.900	109.100	-	30,00

(*) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, no montante de R\$ 16.484.
 (**) O valor de R\$ 5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.

	31/12/2017					2º semestre/17					31/12/2016				
	Receita Líquida	Lucro (prejuízo) bruto	Lucro operacional antes do resultado financeiro	Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	Lucro (prejuízo) do período	Equivalência patrimonial do período	Lucro (prejuízo) do período	Equivalência patrimonial do período	Lucro (prejuízo) do período	Equivalência patrimonial do período	Lucro (prejuízo) do período	Equivalência patrimonial do período	Lucro (prejuízo) do período	Equivalência patrimonial do período	
Controladas:															
Servinet	134.492	132.238	7.366	9.099	5.900	5.900	2.899	2.899	6.932	6.932	6.932	6.932	6.932		
Multidisplay	471.683	23.812	31.994	32.867	31.640	28.932	17.569	16.065	26.390	18.482	26.390	18.482	26.390		
Braspag	33.313	19.649	2.278	3.537	(1.482)	(1.482)	1.400	1.400	4.941	4.941	4.941	4.941	4.941		
Cielo USA Inc.	-	(86.658)	(218.141)	(267.957)	(211.370)	(211.370)	(188.833)	(51.758)	(335.596)	(335.596)	(335.596)	(335.596)	(335.596)		
Cateno	2.594.451	1.022.829	914.112	1.039.741	686.141	480.300	389.130	272.390	567.124	403.986	567.124	403.986	567.124		
Aliança	4.837	4.882	(9.486)	(9.390)	(9.481)	(9.481)	(4.900)	(4.900)	(33.174)	(33.174)	(33.174)	(33.174)	(33.174)		
Subtotal	3.238.776	1.116.752	728.123	807.897	501.348	292.799	217.265	236.096	236.617	65.571	236.617	65.571	236.617		
Controladas em conjunto															
Orizon	149.459	59.979	32.576	49.325	39.499	16.174	19.151	7.842	44.246	18.120	44.246	18.120	44.246		
Paggo	-	-	(56)	(56)	(56)	(28)	(28)	(14)	(56)	(27)	(56)	(27)	(56)		
Subtotal	149.459	59.979	32.520	49.269	39.443	16.146	19.123	7.828	44.190	18.093	44.190	18.093	44.190		
Total - Controladora															
Coligada:															
Stelo	700	(10.955)	(49.208)	(53.512)	(26.894)	(9.736)	(16.743)	(5.023)	(42.520)	(11.090)	(42.520)	(11.090)	(42.520)		
Total - Consolidado															

As principais informações financeiras referentes às controladas de forma indireta e controladas em conjunto de forma indireta estão apresentadas a seguir:

	31/12/2017				31/12/2016			
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido
Controladas indiretas:								
M4Produtos	91,44	140.120	114.779	25.341	91,44	128.654	96.909	31.745
Me-S	100,00	947.006	520.192	426.814	100,00	1.344.579	813.870	530.709
Controladas em conjunto indiretas:								
Prevsauide	40,95	11.992	1.613	10.379	40,95	30.386	1.356	29.030
Guilher	40,95	10.993	9.954	978	40,95	14.860	12.475	2.385

A movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.642.381	93.215
Adiantamento para futuro aumento de capital - Stelo	12.040	9.240
Provisão para perda em investimento	-	(22.247)
Aquisição de participação adicional Multidisplay	100.133	-
Constituição de provisão para obrigações com investidas (*)	335.596	-
Dividendos recebidos:		
Multidisplay	(117)	-
Cateno	(335.492)	-
Resultado com equivalência patrimonial	83.664	14.003
Amortização de ágio	(15.156)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.823.049	94.211
Constituição de provisão para obrigações com investidas (*)	217.889	9.737
Dividendos recebidos:		
Multidisplay	(32.918)	-
Cateno	(479.419)	-
Resultado com equivalência patrimonial	308.945	6.410
Amortização de ágio	(25.984)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.811.562	110.358

(*) Refere-se a investimento com patrimônio líquido negativo, reconhecido na rubrica de Outras Obrigações - Diversas.

11. IMOBILIZADO

	Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos de captura de transações	33	1.532.580	(1.171.709)	360.871
Equipamentos de processamento de dados	20	167.370	(115.116)	52.254
Máquinas e equipamentos	10 - 20	29.063	(22.814)	6.249
Instalações	10	48.306	(10.946)	37.360
Móveis e utensílios	10	11.336	(4.493)	6.843
Veículos	20	378	(360)	18
Total		1.789.033	(1.325.438)	463.595

	Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016	
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos de captura de transações	33	1.532.693	(1.171.499)	361.194
Equipamentos de processamento de dados	20	206.318	(141.450)	64.868
Máquinas e equipamentos	10 - 20	48.808	(30.374)	18.434
Instalações	10	81.549	(24.246)	57.303
Móveis e utensílios	10	18.051	(7.304)	10.747
Veículos	20	476	(426)	50
Total		1.887.895	(1.375.299)	512.596

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

	Controladora			
	31/12/2016		31/12/2017	
	Adições	Perdas estimadas	Depreciações	Líquido
Equipamentos de captura de transações	474.951	219.784	(17.045)	(316.819)
Equipamentos de processamento de dados	57.097	17.610	-	(22.453)
Máquinas e equipamentos	5.662	2.139	-	(1.552)
Instalações	41.066	1.067	-	(4.773)
Móveis e utensílios	7.517	540	(138)	(1.076)
Veículos	108	-	(45)	(45)
Total	586.401	241.140	(17.228)	(346.718)

	Consolidado			
	31/12/2016		31/12/2017	
	Adições	Perdas estimadas	Depreciações	Líquido
Equipamentos de captura de transações	475.278	219.836	(17.807)	(316.941)
Equipamentos de processamento de dados	71.857	21.812	(163)	(28.810)
Máquinas e equipamentos	18.538	5.031	(1)	(3.858)
Instalações	62.851	2.784	(124)	(8.208)
Móveis e utensílios	11.414	1.255	(162)	(1.773)
Veículos	161	-	(46)	(65)
Total	640.099	250.718	(18.303)	(359.655)

Em 31 de dezembro de 2017, os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas são registrados na rubrica de intangíveis no balanço consolidado, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	Consolidado			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Multidisplay	52.316	79.183	-	-
Braspag	5.351	8.275	-	-
Me-S	-	-	163.983	-
Total	57.667	251.441		

12. INTANGÍVEL

Ágio na aquisição de investimentos

Outros ativos intangíveis

Total

a. Ágio na aquisição de investimentos

Em 31 de dezembro de 2017, os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas são registrados na rubrica de intangíveis no balanço consolidado, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	Consolidado			
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Multidisplay	52.316	79.183	-	-
Braspag	5.351	8.275	-	-
Me-S	-	-	163.983	-
Total	57.667	251.441		

Aquisição de controle - Multidisplay

Em agosto de 2010, a Sociedade adquiriu por meio da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay e da sua controlada integral M4Produtos, que juntas são referidas M4U, pelo valor de R\$ 50.650, gerando ágio inicial de R\$ 31.348.

No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, o benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$ 10.658 foi incorporado pela Multidisplay e o valor remanescente do ágio, em R\$ 20.690, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº349/01. O benefício fiscal é amortizado conforme sua realização e o ágio foi amortizado de acordo com o prazo do estudo de projeções de resultados futuros que o justificou.

Em julho de 2016, a Sociedade concluiu a aquisição adicional de 41,34% de participação na controlada Multidisplay, passando a ter 91,44% de participação, conforme a seguir:

Ativos líquidos adquiridos 17.849
 Valor pago na data de fechamento (92.309)
 Valor a pagar | Remuneração variável ("earn-out") (*) (7.824)
 Ágio (82.284)

(*) Saldo remanescente registrado como "Outras obrigações" no passivo não circulante que será pago em até 43 meses a partir da data de fechamento, corrigidos pela variação de 100% do DI, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de "performance", pactuadas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

O ágio se sujeita à amortização linear de acordo com o prazo do estudo de projeções de resultados futuros que o justificou.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de ágio é de R\$ 52.316 (R\$ 79.183 em 31 de dezembro de 2016).

Aquisição do controle - Braspag

Em maio de 2011, por meio da até então controlada direta Cielopar, a Sociedade adquiriu 100% das ações do capital social da Braspag pelo valor de R\$ 40.000. O valor do investimento registrado contabilmente até então pela Cielopar, incluía ágio na aquisição das ações no montante de R\$ 39.343.

No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Cielopar foi incorporada pela sua então controlada Braspag. O benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$ 13.377 foi incorporado pela Braspag e o valor remanescente do ágio, em R\$ 25.966, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº349/01. O benefício fiscal é amortizado conforme sua realização e o ágio foi amortizado de acordo com o prazo do estudo de projeções de resultados futuros que o justificou.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de ágio é de R\$ 5.351 (R\$ 8.275 em 31 de dezembro de 2016).

Aquisição do controle - Me-S

Em agosto de 2012, a Sociedade concluiu a aquisição, por meio da sua control



(d) Operação 4.131

Em 01 de setembro de 2017, foi contratada nova operação junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - "BTMU" no valor de US\$316.255, equivalente a R\$ 1.000.000 que contempla juros remuneratórios pré-fixados de 1,96% ao ano para o período de 01/09/2017 à 01/03/2018 e 2,07% ao ano para período de 01/03/2018 até vencimento do contrato em 31/08/2018. Adicionalmente, a Sociedade contratou Swap com o objetivo de proteger o referido empréstimo de oscilações relacionadas à variação cambial e taxa de juros, tendo a ponta passiva (remuneração do banco), considerados todos os custos da operação, equivalentes a 100,2% da taxa média diária de juros dos DI. Os juros do empréstimo e as liquidações do instrumento financeiro contratado serão pagos em 28/02/2018, 31/05/2018 e 31/08/2018, este último em conjunto com o saldo principal do empréstimo.

Os empréstimos obtidos junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd possuem "covenants" que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, mensurados anualmente.

(e) FINAME

A taxa média ponderada de encargos financeiros é de 9,36% ao ano em 31 de dezembro de 2017 (8,31% ao ano em 31 de dezembro de 2016). A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional. O referido repasse ocorre por meio da concessão de crédito à Sociedade, gerando diretos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro que contratam com a Sociedade as referidas operações de financiamento. Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens adquiridos por meio de FINAME.

A Sociedade cumpriu o índice financeiro relacionado às cláusulas restritivas de seus empréstimos e financiamentos descritos acima.

A mutação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	11.727.888	13.299.493
Novas captações	1.114.441	1.114.441
Pagamento de principal	(2.820.619)	(2.820.619)
Variação cambial (principal e juros)	(503.003)	(763.214)
Ajuste Marcação a Mercado (MTM)	7.039	7.039
Juros provisionados e encargos apropriados	1.107.902	1.162.313
Juros pagos	(1.155.577)	(1.208.344)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	9.478.071	10.791.109
Novas captações	1.165.144	1.165.144
Pagamento de principal	(2.687.808)	(2.687.808)
Variação cambial (principal e juros)	100.043	120.153
Ajuste de marcação a mercado	(11.422)	(11.422)
Juros provisionados e encargos apropriados	675.116	724.933
Juros pagos	(807.920)	(856.756)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.911.224	9.245.353

"Hedge Accounting"

Em 31 de dezembro de 2017, a Cielo possui instrumentos financeiros designados como instrumento de "hedge" para proteção de possíveis oscilações decorrentes de variação cambial e taxa de juros de saldos de empréstimos e financiamentos, conforme nota explicativa 7 (c).

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo exigível a longo prazo

A composição do saldo da rubrica "Obrigações por financiamentos" classificada como não circulante em 31 de dezembro de 2017, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2019	79.934	79.934
2020	28.317	28.317
2021	22.303	22.303
2022	1.577.063	2.916.803
2023	3.359.428	3.359.428
2024	22.303	22.303
Total de empréstimos e financiamentos	5.089.348	6.429.088
Apropriação de custos na emissão de dívidas	(5.208)	(11.454)
Total	5.084.140	6.417.634

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS - CONTAS A PAGAR A CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Contas a pagar a clientes (a)	57.377.277	59.671.944	57.377.277	59.671.944
Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais (b)	-	-	305.425	589.919
Cações de clientes (c)	-	-	113.834	137.359
Total	57.377.277	59.671.944	57.796.536	60.399.222

(a) **Contas a pagar a clientes** - Corresponde à obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito e débito aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade. O saldo do contas a pagar a estabelecimentos é superior ao saldo ativo do contas a receber de emissores, apresentado no ativo, dado que, de forma geral, o prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Sociedade é de 28 dias e o prazo médio de liquidação da Sociedade com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias ("float" de aproximadamente dois dias).

(b) **Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais** - Representados por valores devidos pela controlada Me-S a seus estabelecimentos comerciais, referentes a transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações.

(c) **Cações de clientes** - A controlada Me-S requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial. Adicionalmente à prestação de serviços de pagamento dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito para os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os recursos das transações de cartões de crédito. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
 A Sociedade e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos. A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, como segue:

	Controladora					
	31/12/2016	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária (c)	Pagamentos (d)	31/12/2017
Tributárias	1.499.662	79.291	(2.285)	1.774	(55)	1.578.387
Trabalhistas	93.615	33.652	(31.535)	855	(3.664)	92.923
Cíveis	41.471	30.895	(11.568)	4.808	(11.931)	53.675
Total	1.634.748	143.838	(45.388)	7.437	(15.650)	1.724.985

	Consolidado					
	31/12/2015	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária (c)	Pagamentos (d)	31/12/2016
Tributárias	1.499.662	82.152	(3.448)	1.779	(55)	1.580.090
Trabalhistas	117.205	36.052	(43.019)	890	(4.067)	107.061
Cíveis	42.552	30.895	(12.158)	4.808	(11.931)	54.166
Total	1.659.419	149.099	(58.625)	7.477	(16.053)	1.741.317

(a) Corresponde substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida às rubricas "Impostos sobre serviços" e "Outras despesas operacionais, líquidas", e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

(b) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas.

(c) Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade e suas controladas, por acordos judiciais ou decisões desfavoráveis, efetivaram a liquidação de 1.105 ações cíveis e trabalhistas, no montante total de R\$ 15.650 e R\$ 16.053 na Controladora e no Consolidado, respectivamente.

Processos tributários

Os saldos a seguir correspondem à provisão para riscos tributários, decorrentes de divergência de interpretação em relação às autoridades fiscais e respectivos depósitos judiciais:

	Provisão para Riscos Tributários		Provisão para Riscos Tributários	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Principais processos tributários	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cofins - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.457.287	1.517.142	1.457.287
Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (b)	17.398	16.544	17.398	16.544
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (c)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (d)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	25.907	7.891	27.610	7.891
Total	1.578.387	1.499.662	1.580.090	1.499.662

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Principais processos tributários	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Cofins - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.439.218	1.517.142	1.439.218
Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM (b)	-	-	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (c)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (d)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	19.923	19.906	23.024	23.004
Total	1.555.003	1.477.064	1.558.106	1.480.162

(a) **Cofins - Regime não Cumulativo** - a Sociedade, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei à alíquota de 7,6%, efetuando o depósito judicial dos valores apurados mensalmente e registrando a diferença entre os regimes cumulativo e não cumulativo como provisão para riscos. Em maio de 2017, após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 570.122/RS - com repercussão geral

reconhecida em relação à matéria suscitada e resultado desfavorável aos Contribuintes -, a Sociedade decidiu por cessar a realização dos depósitos em juízo, passando a recolher os tributos e se beneficiar da dedutibilidade a que alude o Decreto nº 3.000/99 e a Instrução Normativa nº 1.700/17. O mandado de segurança, entretanto, permanece aguardando decisão em instância superior para solução definitiva da lide, em decorrência do acórdão ainda não publicado nos autos do Recurso Extraordinário. Em 31 de dezembro de 2017, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 1.517.142, na controladora e no consolidado.

(b) **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - Em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando julgamento do recurso voluntário da Sociedade pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 31 de dezembro de 2017, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 17.398 na controladora e no consolidado.

(c) **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (cota de ajuste) relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das "estimativas" de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Em 1ª instância judicial, foi proferida sentença julgando improcedente a ação anulatória. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso de apelação da empresa. Em 31 de dezembro de 2017, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 10.895 e o valor do depósito judicial é de R\$ 10.895, na controladora e no consolidado.

(d) **Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008** - Em 2009, a controladora pensou o saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório nº 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 31 de dezembro de 2017, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 7.045 e o valor do depósito judicial é de R\$ 7.045, na controladora e no consolidado.

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 31 de dezembro de 2017, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$ 53.675 na controladora e R\$ 54.166 no consolidado (R\$ 41.471 na controladora e R\$ 42.552 no consolidado em 31 de dezembro de 2016), e o saldo de depósito judicial em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 8.460 na controladora e R\$ 8.491 no consolidado (R\$ 5.517 na controladora e R\$ 5.535 no consolidado em 31 de dezembro de 2016).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas que, em 31 de dezembro de 2017, incluíam 490 ações trabalhistas contra a Sociedade e 63 contra as controladas, totalizando 553 ações (351 ações trabalhistas contra a Sociedade e 72 contra as controladas, totalizando 423 ações em 31 de dezembro de 2016). Dentre essas ações em 31 de dezembro de 2017, 179 foram movidas por ex-empregados (150 em 31 de dezembro de 2016) e as 374 restantes (273 em 31 de dezembro de 2016) foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Via de regra, somente após decisão judicial de 1ª ou 2ª instâncias, as ações são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

Em 31 de dezembro de 2017, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$ 92.923 na controladora e R\$ 107.061 no consolidado (R\$ 93.615 na controladora e R\$ 117.205 no consolidado em 31 de dezembro de 2016), e o saldo de depósito judicial é de R\$ 46.607 na controladora e R\$ 55.264 no consolidado (R\$ 31.808 na controladora e R\$ 36.915 no consolidado em 31 de dezembro de 2016).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso de 66,27% de referidas provisões para riscos trabalhistas ocorrerá em até 5 anos, e 33,73% em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Tributárias	131.586	89.069	132.119	93.407
Cíveis	148.160	124.543	149.094	124.543
Trabalhistas	75.868	94.896	92.542	117.445
Total	355.614	308.508	373.755	335.395

b. Depósitos judiciais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	Controladora			
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Tributárias	1.477.064	77.943	(2)	1.555.003
Trabalhistas	31.808	14.827	(28)	46.607
Cíveis	5.517	2.944	(1)	8.460
Total	1.514.389	95.714	(31)	1.610.072

	Consolidado			
	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Tributárias	1.499.662	82.152	(3.448)	1.578.387
Trabalhistas	93.615	33.652	(31.535)	92.923
Cíveis	41.471	30.895	(11.568)	53.675
Total	1.634.748	143.838	(45.388)	1.724.985

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social
 O capital social em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 4.700.000 representado por 2.716.815,061 ações ordinárias (R\$ 3.500.000 representado por 2.264.012,551 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2016), todas subscritas e integralizadas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2017 é de 2.714.173,216 (2.259.768,045 ações em 31 de dezembro de 2016).
 O capital social da Sociedade pode ser aumentado em até 2.400.000,000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

b. Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágio nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 62.620 (R\$ 63.062 em 31 de dezembro de 2016).

c. Ações em tesouraria

Em 26 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração da Sociedade, aprovou a aquisição de até 1.000.000 ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, a fim de atender ao exercício das opções e/ou ações a serem outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade ("Plano"), aprovado e aditado nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, e destinado a estatutários e não estatutários elegíveis conforme regras previstas no Plano, dentro do prazo de 365 dias contados de 26 de fevereiro de 2016 a 25 de fevereiro de 2017. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica "Reserva de Capital" apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12º da Instrução nº 10/80. Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora e Consolidado	
	Ações	Valor R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(4.244.506)	(103.967)
Venda em janeiro	74.099	1.815
Venda em fevereiro	344.221	8.432
Venda em março	67.409	1.651
Venda em abril	145.747	3.570
Saldo em ações em tesouraria antes da bonificação	(3.613.200)	(88.499)
Aumento das ações em tesouraria em decorrência da bonificação (*)	(722.605)	-
Venda em abril	27.804	



20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Estão representadas por:

	Controladora			Consolidado		
	2º Semes-tre/17	Exercí-cio/17	Exercí-cio/16	2º Semes-tre/17	Exercí-cio/17	Exercí-cio/16
Perdas com créditos incobráveis e fraude	94.111	180.247	161.363	110.605	213.760	221.070
Provisão para risco, líquida	5.606	26.295	31.765	(2.658)	16.823	38.228
Baixas de provisões e (reversões) para perdas do imobilizado	(2.571)	(5.655)	46.693	(2.566)	(5.499)	47.848
Provisão para perda em investimentos	-	-	-	-	-	22.247
Outras	(1.694)	(5.424)	10	(554)	868	10.923
Total	95.452	195.463	239.831	104.827	225.952	340.316

21. COMPROMISSOS

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

a. Contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2017, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

	Consolidado
Até 1 ano	16.829
De 1 ano a 5 anos	23.481
Acima de 5 anos	8.941
Total	49.251

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b. Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e "back office"

Em 31 de dezembro de 2017, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, "back office" e televendas são os seguintes:

	Consolidado
Até 1 ano	283.069
De 1 ano a 5 anos	328.833
Total	611.902

Os contratos de central de atendimento contém multas rescisórias no montante de R\$ 7.400. Os contratos de captura e processamento de transações assim como os contratos de telecomunicações e "back office" não preveem multa rescisória.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Previdência Complementar

A Sociedade e a controlada Servinet contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em despesas de contribuições no montante de R\$ 8.769 (R\$7.367 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), contabilizadas nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas com pessoal".

Benefício pós-emprego

A Sociedade possui um passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 7.031

Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizou R\$ 66.586 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 53.503 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

A Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo avançar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio. Além disso, na Sociedade, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, e-learning, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Em 31 de dezembro de 2017, a posição dos planos de opção de compra de ações e ações restritas é a seguinte:

Data de outorga	Quantidade de ações										Preço de exercício (R\$ por ação)	Valor justo das opções (R\$ por ação)
	Outorgadas		Canceladas		Exercidas		Bonificações		Saldo			
	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2015	2016	2017	Saldo		
Julho de 2012	986.475	(242.017)	(2.303.466)	188.945	1.047.455	254.514	107.483	59.828	99.217	10,73	4,42	
Julho de 2013	1.049.141	(281.870)	(2.376.640)	-	989.734	370.317	263.000	122.584	136.266	12,52	5,83	
Julho de 2014	1.561.552	(331.448)	(1.405.482)	-	-	303.607	311.729	214.442	654.400	18,87	8,7	
Julho de 2015	557.354	(149.107)	(395.860)	-	-	-	105.050	86.862	204.299	-	28,83	
Março de 2016	235.536	-	(174.803)	-	-	-	47.108	21.568	129.409	-	22,06	
Julho de 2016	650.947	(82.712)	(101.563)	-	-	-	-	101.984	568.656	-	27,43	
Março de 2017	121.470	(11.866)	-	-	-	-	-	24.294	133.898	-	22,51	
Julho de 2017	928.878	(24.442)	(4.676)	-	-	-	-	-	799.760	-	23,26	
Total	5.991.353	(1.123.462)	(6.762.490)	188.945	2.037.189	928.438	834.370	631.562	2.725.905			

Para determinar o valor justo das opções, entre os exercícios de 2014 a 2014, optou-se pelo modelo de Black & Scholes para a precificação das opções. As premissas utilizadas estão demonstradas no quadro abaixo:

	Outorga em		
	Julho 2012	Julho 2013	Julho 2014
"Dividend yield"	5,36%	3,71%	3,31%
Volatilidade do preço da ação	31,65%	30,06%	23,15%
Período esperado para o exercício	6 anos	6 anos	6 anos
A partir do exercício de 2015, a Sociedade optou pela utilização do modelo binomial para a precificação das opções.			
O valor justo das opções e das ações está sendo apropriado ao resultado do exercício e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelos prazos de até 24 meses (para os planos Sócio Cielo) e de 36 meses (para os planos de opções de ações restritas).			
No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi reconhecida provisão de R\$ 24.025, líquida dos encargos (R\$ 31.067 em 31 de dezembro de 2016), tendo como contrapartida a rubrica "Despesas com pessoal".			
Desses montantes correspondem a parcela de diretores estatutários o valor de R\$ 10.012 líquido dos encargos (R\$ 15.817 em 31 de dezembro de 2016).			
Foram exercidas 2.641.845 ações no valor de R\$ 24.467 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (2.437.288 ações no valor de R\$ 28.683 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), sendo o saldo total de opção de ações outorgadas registrado na rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 442 (R\$ 2.384 em 31 de dezembro de 2016).			

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			Consolidado		
	2º Semes-tre/17	Exercí-cio/17	Exercí-cio/16	2º Semes-tre/17	Exercí-cio/17	Exercí-cio/16
Receitas financeiras:						
Rendimentos de aplicações financeiras	133.036	260.958	114.936	222.380	424.980	255.338
Pis e Cofins (b)	(6.249)	(12.303)	(7.001)	(9.197)	(18.733)	(13.542)
Outras receitas financeiras	575	2.843	2.278	2.094	4.636	2.987
Total	127.362	251.498	110.213	215.277	410.883	244.783
Despesas financeiras:						
Juros de mora e multas	(264)	(315)	(621)	(355)	(435)	(660)
Multas e juros sobre provisões para riscos	(2.445)	(7.062)	(6.409)	(2.445)	(7.083)	(6.471)
Juros e encargos sobre empréstimos	(371.305)	(780.300)	(1.270.241)	(396.328)	(830.117)	(1.324.652)
Participação de Terceiros - FIDC Plus	-	-	(66.516)	(66.516)	-	-
Outras despesas financeiras	70.917	(42.471)	(20.934)	70.438	(43.415)	(22.172)
Total	(303.097)	(830.148)	(1.298.205)	(395.206)	(947.566)	(1.353.955)
Aquisição de recebíveis:						
Receita com aquisição de recebíveis e rendimentos dos FIDCs (a)	1.106.339	2.355.670	2.695.113	1.150.023	2.400.601	2.694.251
Pis e Cofins (b)	(51.445)	(108.757)	(123.033)	(51.446)	(108.757)	(123.033)
Total	1.054.894	2.246.913	2.572.080	1.098.577	2.291.844	2.571.218
Variação cambial, líquida (c)	(2.691)	(22.994)	292.679	(2.694)	(23.184)	292.743
Total	876.468	1.645.269	1.676.767	915.954	1.731.977	1.754.789

(a) Na controladora, o saldo corresponde aos rendimentos das quotas do FIDC e do FIDC Plus e a receita financeira de operação de aquisição de recebíveis realizadas pela sociedade. No consolidado, o saldo corresponde à aquisição de recebíveis líquida do ajuste pro rata temporis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, composta pela receita oriunda do volume de recebíveis adquiridos de transações de crédito à vista e parcelado para controladora, pelo FIDC e FIDC PLUS, apropriada conforme a fluência do prazo das operações.

(b) Despesas de Pis e Cofins sobre receitas financeiras auferidas pelas empresas do Grupo, sujeitas ao regime de apuração não-cumulativo, sob as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, conforme disposições do Decreto nº 8.426/15, com vigência a partir de 1º de julho de 2015. As despesas incorridas no período foram agrupadas nos grupos de "Receitas Financeiras" e "Aquisição de Recebíveis", na proporção de sua incidência, para melhor apresentação das rubricas contábeis.

(c) O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Dívida (i)	(7.911.224)	(9.478.071)	(9.245.353)	(10.791.109)
Instrumentos financeiros derivativos	39.465	(37.665)	39.465	(37.665)
Disponibilidades	15.163	30.303	323.651	564.532
Aplicações interfinanceiras	269.191	902.090	855.154	932.409
Títulos e valores mobiliários (exceto FIDCs)	3.625.167	76.136	4.869.824	1.237.496
Dívida líquida	(3.962.238)	(8.507.207)	(3.157.259)	(8.094.337)
Patrimônio líquido (ii)	10.150.867	7.905.604	13.810.460	11.565.193
Índice de endividamento líquido	39,03%	107,61%	22,86%	69,99%

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa 13. (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

b. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo são disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários (TVM), contas a receber operacionais e de controladas e controladas em conjunto, fundo de investimento em direitos creditórios, depósitos judiciais, contas a pagar a estabelecimentos, a controladas, controladas em conjunto, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2017, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Categoria	31/12/2017			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Disponibilidades	15.163	15.163	323.651	323.651
Aplicações interfinanceiras	269.191	269.191	855.154	855.154
Títulos e valores mobiliários (Exceto FIDCs)	3.625.167	3.625.167	4.869.824	4.869.824
Contas a receber operacionais	65.066.244	65.066.244	65.914.497	65.914.497
Contas a receber com partes relacionadas	8.410	8.410	-	-
Fundo de investimento em direitos creditórios	7.278.201	7.278.201	-	-
Depósitos judiciais	1.610.072	1.610.072	1.621.861	1.621.861
Contas a pagar a estabelecimentos	57.377.277	57.377.277	57.796.536	57.796.536
Contas a pagar com partes relacionadas	9.294.052	9.294.052	-	-
Instrumento Financeiro Derivativo ("Swap")	39.465	39.465	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.047.311	1.042.779	1.047.311	1.042.779
Empréstimos e financiamentos	6.863.913	6.868.445	8.198.042	8.202.574

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares.

23. PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES E ADMINISTRADORES NO LUCRO

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro no 2º semestre de 2017 e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram registrados na rubrica "Despesas com pessoal" na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	Controladora			Consolidado		
	2º Semes-tre/17	Exercí-cio/17	Exercí-cio/16	2º Semes-tre/17	Exercí-cio/17	Exercí-cio/16
Colaboradores	37.704	64.281	58.775	46.294	86.290	81.148
Diretores estatutários	3.728	8.848	11.051	5.584	10.876	12.547
Total	41.432	73.129	69.826	51.878	97.166	93.695

24. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EXECUTIVOS

O pessoal-chave da Administração incluiu os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado dos períodos da Controladora são como seguem:

	2º Semestre			Exercício/17			Exercício/16		
	Outros	Fixa	Total	Outros	Fixa	Total	Outros	Fixa	Total
Diretores estatutários	3.415	3.047	6.462	8.408	10.774	19.152	7.673	9.865	17.538
Conselhos de administração	1.119	-	1.119	2.237	-	2.237	2.037	-	2.037
Total	4.534	3.047	7.581	10.645	10.774	21.389	9.710	9.865	19.575

(*) Saldo corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, e não contempla o Plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 25).

A remuneração global anual dos Administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) e do Conselho Fiscal em 2017, fixada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 12 de abril de 2017, foi de R\$ 47.000 já contemplados os tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável.

Para o Conselho Fiscal, a remuneração anual aprovada para o ano findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foi de R\$ 515.

25. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES E DE AÇÕES RESTRITAS

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária a qual aprovou alterações no Plano, com a introdução da possibilidade dos elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos, sendo que o exercício das opções e/ou ações restritas poderá ser realizado 50% após dois anos e 50% após três anos. Os beneficiários da outorga de opções de compra de ações realizada em 2010, nos termos do Plano e do Contrato de Outorga de Opção de Compra, puderam exercer a primeira parcela, equivalente a 1/3 do total das opções de compra a eles outorgadas, após um ano da data de outorga.

No limite do capital autorizado mencionado na nota explicativa 16. a), a Sociedade pode outorgar ações ou opção de ação de ação de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Sociedade. Poderão ser outorgadas opções de compra de ações ou ações restritas, de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 22 de junho de 2011, 20 de junho de 2012, 19 de junho de 2013, 25 de junho de 2014, 24 de junho de 2015, 29 de junho de 2016 e 14 de junho de 2017, foram aprovadas a quarta, quinta, sexta, sétima, oitava, nona e décima outorgas de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações restritas, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir, não havendo a opção de liquidação das opções em caixa. A décima outorga foi realizada em 6 de julho de 2017, totalizando 828.878 ações restritas.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de fevereiro de 2012, foi aprovado o plano de retenção anual para os executivos e talentos da Sociedade na forma de programa de "Restricted Shares", denominado como Sócio Cielo. Esse programa tem como objetivo minimizar o risco de perda dos executivos da Sociedade e ainda fortalecer o comprometimento destes com os resultados de longo prazo. Cada programa de retenção de executivos tem a duração de dois anos e as ações outorgadas serão doadas aos executivos que permanecerem na Sociedade no término do período do programa. Em reunião do Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2014, 25 de fevereiro de 2015, 27 de janeiro de 2016 e 24 de janeiro de 2017 foram deliberados os planos Sócio Cielo 2014, 2015, 2016 e 2017 -



A Sociedade e suas controladas na realização de seus negócios e na contratação de serviços realizam cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns desses emissores seus acionistas diretos ou indiretos. A Sociedade e suas controladas acreditam que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado ("arm's-length basis"). As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade, suas controladas e coligada participam, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	Controladora											31/12/2016	
	31/12/2017												
	Acionistas		Controladas, controladas em conjunto e coligada										Total
Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Multidisplay	M4Produtos	Braspag	Cateno	FIC	FIDC	FIDC Plus	Aliança	Total	Total	
Ativos (Passivos):													
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	545	253.601	-	-	-	-	-	3.624.969	-	-	-	3.879.115	340.038
Contas a receber operacionais	3.515	1.891	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.406	5.599
Empréstimos e Financiamentos (g)	-	(3.429.567)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.429.567)	(3.502.012)
Contas a receber com partes relacionadas	-	-	39	7.652	612	19	38	-	50	-	-	8.410	1.661
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	(9.021)	-	(8.231)	(2.914)	-	-	(537.832)	(8.735.561)	(493)	9.294.052	(21.472)

	Consolidado											31/12/2016	
	31/12/2017												
	Acionistas		Controladas, controladas em conjunto e coligada										Total
Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Multidisplay	M4Produtos	Braspag	Cateno	FIC	FIDC	FIDC Plus	Aliança	Total	Total	
Ativos (Passivos):													
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	421.294	499.984	-	-	-	-	-	4.018.414	-	-	-	4.939.692	674.602
Contas a receber operacionais	3.515	1.891	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.406	5.599
Empréstimos e Financiamentos (g)	-	(3.429.567)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.429.567)	(3.502.012)

	Controladora											31/12/2016	
	31/12/2017												
	Acionistas		Controladas, controladas em conjunto e coligada										Total
Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Multidisplay	M4Produtos	Braspag	Cateno	FIC	FIDC	FIDC Plus	Aliança	Total	Total	
Receitas:													
Receitas de aplicações financeiras (a)	732	38.772	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.504	49.159
Receitas de prestação de outros serviços (b)	41.058	20.603	-	17.230	3.996	192	-	725	-	-	-	83.804	94.240
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47

	Consolidado											31/12/2016	
	31/12/2017												
	Acionistas		Controladas, controladas em conjunto e coligada										Total
Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Multidisplay	M4Produtos	Braspag	Cateno	FIC	FIDC	FIDC Plus	Aliança	Total	Total	
Despesas:													
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação	(3.420)	(2.558)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.978)	(5.391)
Outras despesas operacionais (d)	(41.437)	(2.629)	-	-	(20.357)	(2.525)	-	-	-	-	-	(66.948)	(30.820)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet e Aliança (e)	-	-	(156.487)	-	-	-	-	-	-	(5.641)	-	(162.128)	(168.807)
Prestação de serviços de processamento de dados (f)	-	-	-	-	-	(10.053)	-	-	-	-	-	(10.053)	(3.950)
Despesas financeiras (g)	-	(357.810)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(357.810)	(497.549)

	Consolidado											31/12/2016	
	31/12/2017												
	Acionistas		Controladas, controladas em conjunto e coligada										Total
Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Multidisplay	M4Produtos	Braspag	Cateno	FIC	FIDC	FIDC Plus	Aliança	Total	Total	
Receitas:													
Receitas de aplicações financeiras (a)	732	170.750	-	-	-	-	-	125.268	-	-	-	296.750	183.683
Receitas de prestação de outros serviços (b)	41.058	20.603	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61.661	59.868
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47

	Consolidado											31/12/2016	
	31/12/2017												
	Acionistas		Controladas, controladas em conjunto e coligada										Total
Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Multidisplay	M4Produtos	Braspag	Cateno	FIC	FIDC	FIDC Plus	Aliança	Total	Total	
Despesas:													
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação	(3.420)	(2.558)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.978)	(5.391)
Outras despesas operacionais (d)	(41.437)	(2.629)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(44.066)	(30.820)
Despesas financeiras (g)	-	(357.810)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(357.810)	(497.549)
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (h)	-	(24.572)	-	-	-	-	-	(953)	-	-	-	(24.572)	(23.793)

(a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras, cujo prazo, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.

(b) Corresponde a serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas, comissão sobre processamento de transações para as empresas M4Produtos, Multidisplay e Orizon, prestação de serviços financeiros, administrativos, compras, jurídico e serviços de RH para a empresa Braspag e aquisição de recebíveis da empresa Multidisplay e serviços de cobrança e liquidação para o FIDC e FIC. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àquelas praticadas com outros bancos emissores.

(c) Corresponde a serviço de locação de equipamentos de captura de transações à Orizon.

(d) Serviços contratados com bancos acionistas, referentes: (i) ao seguro de vida coletivo empresarial; (ii) aos seguros hospitalar e odontológico; e (iii) ao contrato de previdência privada. Serviços de desenvolvimento de solução de captura móvel para a empresa M4Produtos e serviços de pré-processamento de transações para a empresa Braspag. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.

(e) Prestação de serviços pelas controladas Servinet e Aliança de prospecção de credenciamento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet e Aliança quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração..

(f) Refere-se a serviços de processamento de dados prestados pela M4Produtos e pela Braspag.

(g) Corresponde aos saldos referentes à emissão de Debêntures Privadas (vide nota explicativa 13.b) mantida pela BB Elo Cartões, empresa do conglomerado Banco do Brasil.

(h) Prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas.

Principais transações com partes relacionadas

Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores referem-se aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a receber dos bancos acionistas ("Emissores") da Cielo totalizam, em conjunto, aproximadamente R\$ 21,2 bilhões.

	Período de seis meses findo em			Exercício findo em			Exercício findo em		
	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
Mercado Interno	3.780.338	1.378.275	5.158.613	7.399.371	2.594.451	9.993.822	8.094.589	2.487.092	10.581.681
Mercado Externo	809.412	-	809.412	1.606.519	-	1.606.519	1.719.103	-	1.719.103
Receita operacional líquida	4.589.750	1.378.275	5.968.025	9.005.890	2.594.451	11.600.341	9.813.692	2.487.092	12.300.784
Custo dos serviços prestados	(1.983.405)	(595.140)	(2.578.546)	(3.712.557)	(1.185.889)	(4.898.447)	(3.850.819)	(1.252.618)	(5.103.437)
Depreciação e amortização	(238.554)	(192.866)	(431.420)	(489.541)	(385.733)	(875.274)	(505.589)	(385.733)	(891.322)
Lucro Bruto	2.367.791	590.269	2.958.059	4.803.792	1.022.829	5.826.620	5.457.284	848.741	6.306.025
Despesas operacionais	(655.020)	(58.299)	(713.320)	(1.315.592)	(108.438)	(1.424.031)	(1.542.984)	(117.464)	(1.660.448)
Depreciação e amortização	(72.267)	(149)	(72.416)	(257.564)	(278)	(257.842)	(390.416)	(140)	(390.556)
Lucro Operacional	1.640.504	531.821	2.172.323	3.230.636	914.113	4.144.747	3.523.884	731.137	4.255.021
Resultado financeiro	1.075.748	(159.794)	915.954	2.185.074	(453.097)	1.731.977	2.627.606	(872.817)	1.754.789
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	2.716.252	372.027	3.088.277	5.415.710	461.016	5.876.724	6.151.490	(141.680)	6.009.810
Imposto de renda e contribuição social	(819.437)	(126.514)	(945.951)	(1.656.533)	(156.833)	(1.813.366)	(1.991.001)	50.538	(1.940.463)
Lucro (prejuízo) líquido	1.896.815	245.513	2.142.326	3.759.177	304.183	4.063.358	4.160.489	(91.142)	4.069.347
Atribuído a:									
Acionistas controladores	1.895.313	128.774	2.024.084	3.756.469	98.341	3.854.807	4.152.580	(261.279)	3.891.301
Outros acionistas que não a Cielo	1.502	116.739	118.242	2.708	205.842	208.551	7.909	170.137	178.046

A seguir estão demonstrados os saldos patrimoniais por segmento em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	Saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017			Saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016		
	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado	Captura e processamento de transações	Gestão de Contas de Pagamentos	Consolidado
	Total do Ativo	74.446.634	12.881.293	87.327.927	74.788.774	12.721.902

30. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
	Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	12.994	(202.708)	12.994
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	22.983	(303.479)	42.787	(563.689)
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio propostos	1.329.255	587.560	1.329.255	624.730
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber de controlada direta	6.400	-	-	-

Conforme Comunicado ao Mercado de 18 de janeiro de 2018, a Cielo divulgou a aquisição, por meio de sua controlada, Aliança, das ações representativas de 70% do capital social da Stelo. A Aliança já detinha 30% das ações da Stelo e, uma vez concluída a transação, a Cielo detém, indiretamente, a totalidade das ações da Stelo, pelo preço de aquisição de R\$ 87,5 milhões. A participação acionária a ser adquirida pela Aliança é detida pela Companhia Brasileira de Soluções e Serviços ("Alelo"), que é, por sua vez, controlada por Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A., acionistas majoritários da Sociedade.

Em linha com o objetivo da Sociedade de diversificar a oferta de soluções e serviços, a aquisição da Stelo permitirá explorar novas iniciativas comerciais, como a venda de terminais de captura, por meio de uma marca própria e de uma estrutura independente, e de aprimorar a estratégia comercial a fim de atender as mais variadas demandas de seus clientes.

O fechamento da transação se dará após o cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo aprovação por parte dos órgãos competentes, quais sejam, o Banco Central do Brasil e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

31. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segura
Responsabilidade civil e executivos	270.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	266.096
Lucros cessantes	19.895
Armazenagem de equipamentos de captura de transações	388.561
Transporte de equipamentos de captura de transações	2.097.091
Equipamentos de captura de transações	687.657

32. EVENTO SUBSEQUENTE

Conforme Comunicado ao Mercado de 18 de janeiro de 2018, a Cielo divulgou a aquisição, por meio de sua controlada, Aliança, das ações representativas de 70% do capital social da Stelo. A Aliança já detinha 30% das ações da Stelo e, uma vez concluída a transação, a Cielo detém, indiretamente, a totalidade das ações da Stelo, pelo preço de aquisição de R\$ 87,5 milhões. A participação acionária a ser adquirida pela Aliança é detida pela Companhia Brasileira de Soluções e Serviços ("Alelo"), que é, por sua vez, controlada por Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A., acionistas majoritários da Sociedade.

Em linha com o objetivo da Sociedade de diversificar a oferta de soluções e serviços, a aquisição da Stelo permitirá explorar novas iniciativas comerciais, como a venda de terminais de captura, por meio de uma marca própria e de uma estrutura independente, e de aprimorar a estratégia comercial a fim de atender as mais variadas demandas de seus clientes.

O fechamento da transação se dará após o cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo aprovação por parte dos órgãos competentes, quais sejam, o Banco Central do Brasil e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Eduardo Campoza Gouveia - Diretor-Presidente	Clovis Poggetti Junior Adriano Navarini Renata B. de Paiva Greco	Daniilo Aleixo Caffaro Sérgio Saraiva Castelo Branco Pontes Luiz Fernando Oliveira Barrichelo
---	---	--

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antônio Maurício Maurano Cesario Narihito Nakamura Francisco da Costa e Silva	Gilberto Mifano Marcelo Augusto Dutra Labuto Marcelo de Araújo Noronha	Rogério Magno Panca Rômulo de Mello Dias Vinícius Urias Favarão
--	---	--

CONSELHO FISCAL

Edmar José Casalatina Joel Antônio de Araújo	Herculano Aníbal Alves Marcelo Santos Dall'Occo	Haroldo Reginaldo Levy Neto
---	--	------------------------------------

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA

Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A., no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e à vista do relatório da KPMG Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Barueri, 01 de fevereiro de 2018.

PARECERES E DECLARAÇÕES/DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

PARECERES E DECLARAÇÕES/DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 ("DFS 2017").



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2017

1. Do Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Cielo S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria-Executiva e demais profissionais da Companhia.

Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovada em 19 de junho de 2013 ("Regimento Interno"), o Comitê é composto por 03 (três) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos e permitida a reeleição, sendo 1 (um) de seus membros o coordenador do Comitê e Conselheiro Independente do Conselho de Administração da Companhia. Os membros pertencentes ao quadro atual do Comitê foram eleitos pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de abril de 2016, com mandato até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada para a aprovação do resultado do exercício social de 2017.

De acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Comitê: **(a)** zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia, individuais e consolidadas; **(b)** zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; **(c)** zelar pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna; **(d)** discutir, recomendar e acompanhar a execução dos planos anuais de auditoria e apreciar os relatórios finais; **(e)** zelar pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do conglomerado.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê reúne-se, no mínimo, trimestralmente em sessões ordinárias. No exercício de 2017, o Comitê realizou 04 sessões ordinárias e 07 sessões extraordinárias, reunindo-se com a área de controles internos, auditoria interna, auditores independentes, além de diretores e executivos de outras áreas da Companhia.

A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês e, semestralmente, é feita uma abrangente apresentação ao Conselho de Administração sobre os principais temas e programas de trabalho tratados pelo Comitê e o programa de trabalho da Auditoria Interna. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar a abordagem dos seguintes temas: **(a)** a contratação de auditoria independente; **(b)** o acompanhamento do contingenciamento e provisões judiciais da Companhia; **(c)** o acompanhamento periódico de ofícios de órgãos reguladores recebidos pela Companhia; **(d)** o acompanhamento da execução do plano anual de auditoria interna e de seus resultados; **(e)** o acompanhamento dos controles internos, da gestão de riscos e do monitoramento de fraudes, com base nas manifestações e reuniões com os auditores internos e independentes; **(f)** o acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, considerando também os critérios estabelecidos pelo COSIF, mediante reuniões com os administradores, auditores independentes e internos; **(g)** o acompanhamento dos resultados dos trabalhos realizados pela auditoria independente sobre o diagnóstico das atividades de controles internos da Companhia, bem como das recomendações de melhoria/aprimoramento dos controles internos; **(h)** o acompanhamento do canal de denúncias; **(i)** o acompanhamento da implementação das ações necessárias decorrentes dos resultados do diagnóstico de aderência da Companhia quanto à nova regulação do setor de meios de pagamento; **(j)** a avaliação semestral acerca dos indicadores de Ouvidoria; **(l)** a avaliação do Relatório de Auditoria Independente (COSIF); **(m)** a revisão da norma da auditoria interna;

(n) a avaliação do novo Relatório da Revisão do Ambiente de Controles Internos, elaborado nos termos da Circular nº 3.467/09; **(o)** a avaliação das demonstrações financeiras do conglomerado no conceito prudencial do Banco Central do Brasil; **(p)** a estrutura de governança e gestão de riscos das sociedades investidas da Companhia; **(q)** a revisão das políticas de Compras e Segurança da Informação; **(r)** o acompanhamento da implementação das ações corretivas identificadas e definidas no âmbito dos trabalhos realizados pela auditoria interna da Companhia; **(s)** a discussão dos resultados dos trabalhos realizados pela auditoria interna da Companhia durante o exercício de 2017.

2. Demonstrações Contábeis Anuais de 2017

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do Relatório da Administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 ("Demonstrações Contábeis Anuais de 2017").

Tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o exercício de 2017, os membros do Comitê opinam, por unanimidade, que as Demonstrações Contábeis Anuais de 2017 refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas e recomendam a aprovação das Demonstrações Contábeis Anuais de 2017 pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Gilberto Mifano
Coordenador do Comitê de Auditoria

Barueri, 24 de janeiro de 2018.
Aureli Carlos Balestrini
Membro do Comitê de Auditoria

José Antonio Teixeira
Membro do Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e ao Conselho de Administração da
Cielo S.A.
Barueri - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cielo S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cielo S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 Impactos da autorização junto ao Banco Central do Brasil para atuar como Instituição de Pagamento (individual e consolidado)

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, a Sociedade obteve em 27 de abril de 2017 autorização junto ao Bacen para atuar como instituição de pagamento na modalidade de credenciadora. Dessa forma, as demonstrações financeiras da Sociedade passaram a refletir as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Bacen. O principal impacto contábil relacionado à adoção do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"), refere-se ao tratamento do ágio, que de forma diversa ao tratamento adotado pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS), deve ser amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram. Dessa forma, a Sociedade registrou a amortização do saldo de ágio de forma retrospectiva, desde a data originária de aquisição de investimento pela Sociedade, de acordo com os prazos de projeção de realização estimados. Devido à relevância do processo de adoção inicial das regras contábeis definidas no COSIF e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação dos prazos de amortização do ágio, que pode impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Availamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados ao processo de mapeamento e registro dos impactos da adoção do COSIF, bem como dos controles relacionados ao cálculo e registro da amortização do ágio. Realizamos também a análise do mapeamento elaborado pela Sociedade dos impactos contábeis e operacionais relacionados à adoção do COSIF em relação à Sociedade e suas Controladas. Avaliamos o cálculo dos impactos contábeis identificados, que incluiu os efeitos da amortização do ágio, bem como os ajustes de harmonização de práticas contábeis das empresas investidas que foi elaborado pela Sociedade de forma a estarem em consonância com as atuais práticas contábeis. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis o processo de adequação da Sociedade às regras contábeis definidas no COSIF, o cálculo da amortização do ágio e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

2 Processo de captura, processamento e liquidação das transações (individual e consolidado)

A Sociedade mantém um plano de investimentos sistêmicos contínuo com o objetivo de garantir o funcionamento e a continuidade de suas operações relacionadas à captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito e assim, por conseguinte, manter a segurança e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, a Sociedade tem implementado um processo de monitoramento do registro e liquidação das transações, que inclui conciliações, confronto de informações com relatórios de terceiros, entre outros controles internos, que suporta a integridade e precisão no registro das transações e no reconhecimento automático das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, principalmente relacionadas às

rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais e saldos a receber de bancos emissores. Em função da alta complexidade inerente ao processo automático de captura, processamento e liquidação das transações, que entre outros é a base para o reconhecimento de receitas operacionais e que pode impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, da importância dos controles internos de monitoramento e da relevância dos valores envolvidos, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o suporte técnico de nossos especialistas em tecnologia, efetuamos a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles gerais chave de tecnologia da informação associados com a captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito e contas relacionadas. Tal avaliação considera os aspectos de acesso lógico e físico, mudanças e desenvolvimento de sistemas em programas e infraestrutura, cópia e armazenamento de informações (backup), além dos controles chave automatizados relacionados aos processos de negócio definidos como relevantes, executando mapeamento e avaliação de interfaces contábeis, de controles de acesso, configurações de regras de negócio e cálculos automatizados. Aplicamos ainda, testes por amostragem sobre os controles chave relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos das contas patrimoniais relacionados às transações realizadas (captura, processamento e liquidação das operações) e do registro da respectiva receita operacional, bem como, efetuamos, por meio de amostragem, testes sobre as conciliações contábeis dos principais saldos, avaliando a documentação suporte e a integridade dos registros efetuados. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas nº 8 e nº 14.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis o processo de captura, processamento e liquidação das transações e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

3 Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida (individual e consolidado)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 10 e nº 12, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem valores de ativos intangíveis com vida útil definida cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Sociedade. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas, e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Availamos o desenho, a implementação e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à preparação e revisão do plano de negócios, orçamento e análises para verificação de evidências de indícios a perda no valor recuperável das unidades geradoras de caixa onde os ativos intangíveis foram alocados. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas nº 10 e nº 12.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração dos ativos intangíveis de vida útil definida e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Osasco, 1º de fevereiro de 2018

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

